

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Bruna Braun Machado

DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO
PARAIBUNA/PARAÍTINGA NA DÉCADA DE 2000

Taubaté – SP

2016

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Bruna Braun Machado

DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO
PARAIBUNA/PARAÍTINGA NA DÉCADA DE 2000

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira.

Taubaté – SP

2016

BRUNA BRAUN MACHADO

**DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO PARAIBUNA/PARAÍTINGA NA
DÉCADA DE 2000**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Dedico este trabalho a meus pais – Paulo e Susana, que contribuíram com a minha formação desde que iniciei o sonho de me tornar mestre.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu professor e orientador Dr. Edson Trajano Vieira, que me auxiliou em todas as etapas deste trabalho, que se mostrou interessado na temática escolhida e que contribuiu verdadeiramente para o meu entendimento sobre o conceito de planejamento e desenvolvimento regional. Agradeço meus amigos de classe – Adenauer Rockenmeyer, Daniel Bischof, Francine Maia, Odila Sanches, Rafael Sales, Renata Pasquatti e Victória Balady, que tornaram as aulas muito mais especiais pelas suas companhias. Ademais, agradeço ao Professor Dr. José Luís Gomes da Silva pelas palavras de incentivo ao longo destes anos; e aos membros da banca – Dr. Fábio Ricci e André Ferreira pelas contribuições com este trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa está baseada na análise do desenvolvimento econômico, social, ambiental e político da microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000. Seu objetivo é realizar uma análise comparativa a partir das quatro esferas do desenvolvimento nos municípios que integram esta microrregião no período pré- determinado. O estudo está fundamentado nas teorias contemporâneas que conceituam os termos crescimento econômico, desenvolvimento, desenvolvimento humano e sustentável, região, espaço e território. Seu caráter é qualitativo e quantitativo, visto que pretende compreender processos dinâmicos vivenciados na microrregião e identificar a existência ou não da relação entre crescimento e desenvolvimento em determinado período. Ademais, a metodologia da pesquisa é descritiva, considerando que investiga eventos, atitudes ou situações manifestas em determinada população. A investigação tomou como base o perfil do crescimento econômico através da variação de indicadores como o PIB, número de empregos formais e taxa de empregabilidade e em paralelo, o perfil do desenvolvimento humano por meio da variação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e demais indicadores sociais, ambientais e políticos ao longo da década de 2000. Os resultados caracterizaram a microrregião Paraibuna/Paraitinga como um espaço que cresceu economicamente entre o ano de 2000 e 2010, destacando o setor de serviço como àquele que mais adicionou valor ao seu PIB. Entretanto, quando analisados os indicadores de desenvolvimento social e ambiental, percebeu-se que os municípios ainda careciam de melhor estrutura nas áreas da saúde, da educação e de meio ambiente. Por fim, a partir da exposição dos indicadores demonstrador na análise SWOT, considerou-se que, mesmo com o crescimento do produto e da renda na década de 2000, este não foi suficiente para lograr indicadores de dimensão social e ambiental iguais ou superiores as médias estaduais neste período.

Palavras-chave: Crescimento Econômico. Desenvolvimento Humano. Microrregião Paraibuna/Paraitinga.

ABSTRACT

This research is based on analysis of the economic, social, environmental and political development of the region Paraibuna/Paraitinga in the 2000s. Its objective is to conduct a comparative analysis from the four spheres of development in the municipalities of this region in the predetermined period. The study is based on contemporary theories that conceptualize the terms of economic growth, development, human and sustainable development, region, space and territory. His character is qualitative and quantitative, because it aims to understand dynamic processes experienced in the region and identify whether or not the relationship between growth and development in a given period. Moreover, the research methodology is descriptive, considering investigating events, attitudes or situations in a given population. The research was based on the profile of economic growth by varying indicators such as GDP, number of formal jobs and employment rate and in parallel, the profile of human development through variation of the Municipal Human Development Index - IDHM, the achievement of the Millennium Development Goals and other social, environmental and political indicators throughout the decade of 2000. the results marked the region Paraibuna/Paraitinga as a space that grew economically between 2000 and 2010, highlighting the service sector as one who more added value to its GDP. However, when the social and environmental development indicators were analyzed, it was noted that municipalities still lacked better structure in the areas of health, education and environment. Finally, observing the SWOT analysis, it was considered that even with the growth of output and income in the 2000s, this was not enough to achieve indicators of social and environmental dimension equal to or greater than the state average in this period.

Keywords: Economic Growth. Human Development. Region Paraibuna/Paraitinga.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização territorial da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos 2000 e 2010	49
Tabela 2 - Características da população da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010	50
Tabela 3 - PIB (em valores constantes de 2000 e em milhões de reais) em 2000 e 2010	51
Tabela 4 – Setores econômicos e seus percentuais de valores adicionados ao produto e renda nos ano 2000	52
Tabela 5 – Setores econômicos e seus percentuais de valores adicionados ao produto e renda nos ano de 2010	52
Tabela 6 – Número de empregos formais na microrregião Paraibuna/Paraitinga no ano de 2000	55
Tabela 7 – Número de empregos formais na microrregião Paraibuna/Paraitinga no ano de 2010	55
Tabela 8 – Percentual de empregabilidade da população entre 15 e 65 anos em 2000 e 2010	56
Tabela 9 – IDHM no ano de 2000	57
Tabela 10 – IDHM no ano de 2010	57
Tabela 11 – Percentual da população extremamente pobre nos anos de 2000 e 2010	60
Tabela 12 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais nos anos de 2000 e 2010	61
Tabela 13 – Percentuais de conclusão dos ensinos fundamental, médio e superior no ano de 2010	62
Tabela 14 – Percentual de pessoas em domicílio com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados nos anos 2000 e 2010	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise de cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na microrregião Paraibuna/Paraitinga no ano de 2010	59
Quadro 2 – Políticas em prol do desenvolvimento na microrregião Paraibuna/Paraitinga	65
Quadro 3 – Matriz SWOT da análise do desenvolvimento da microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os Objetivos do Milênio no Brasil	29
Figura 2 – Mapa da Mesorregião do Vale do Paraíba	37
Figura 3 – A microrregião Paraibuna/Paraitinga e seus sete municípios	38
Figura 4 – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	39
Figura 5 – Matriz SWOT	43

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1 PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo Geral.....	14
1.2.2 Objetivos Específicos.....	14
1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	14
1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	15
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	16
2.1 DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	16
2.2 A MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO.....	19
2.2.1 Desenvolvimento Econômico.....	19
2.2.2 Desenvolvimento Político.....	21
2.2.3 Desenvolvimento Ambiental/Sustentável.....	23
2.2.4 Desenvolvimento Social/Humano.....	25
2.3 REGIÃO, DESENVOLVIMENTO TERRITÓRIO E ESPAÇO.....	30
2.4 A ANÁLISE SWOT.....	40
3 MÉTODO.....	45
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
4.1 CARACTERÍSTICAS TERRITORIAIS DA MICRORREGIÃO PARAIBUNA/PARAÍTINGA.....	48
4.2 ANÁLISE ECONÔMICA DA MICRORREGIÃO PARAIBUNA/PARAÍTINGA NA DÉCADA DE 2000.....	51
4.3 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, AMBIENTAL E POLÍTICO DA MICRORREGIÃO PARAIBUNA/PARAÍTINGA NA DÉCADA DE 2000....	56
4.4 ANÁLISE SWOT DO DESENVOLVIMENTO DA MICRORREGIÃO PARAIBUNA/PARAÍTINGA NA DÉCADA DE 2000.....	67
5 CONCLUSÃO.....	73

1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico regional pode ser observado através do cálculo do produto que a economia de uma região foi capaz de desenvolver em determinado período. Consequentemente, tal análise baseia-se fundamentalmente em variáveis quantitativas. Contudo, a perspectiva do crescimento econômico não aborda variáveis qualitativas do desempenho econômico em favor do desenvolvimento econômico sustentável, reproduzido em desenvolvimento humano e social.

No decorrer das últimas décadas, é possível observar que o ideal de vida social e cultural, linear às dimensões econômicas e materiais, tem sido rejeitado. Neste cenário, ganha espaço o contexto de desenvolvimento social baseado em paradigmas tradicionais de crescimento e, também, da análise da perspectiva de como tal crescimento influencia a vida das pessoas. Sendo assim, é válido falar em crescimento econômico desde que seja discutido de que maneira a sociedade participa e se beneficia dele.

Neste sentido, considera-se que as alterações na composição do produto, da renda e da alocação de recursos advindos dos diversos setores econômicos devem estar organizadas de forma a incrementar os indicadores de bem estar econômico e social e dirigir a promoção do desenvolvimento humano.

Para Oliveira (2002), não faz sentido crescer economicamente sem que haja, em paralelo, o desenvolvimento social, que pode ser entendido como a realização pessoal dos indivíduos de um país ou região. Nesta linha, para alcançar um desenvolvimento pleno e sustentável, faz-se necessária a redução da exclusão social, caracterizada por desigualdade e pobreza.

Para Wlodarsky e Cunha (2005), a pobreza é caracterizada como um fruto da ação do próprio homem, resultado da forma como este pensa, como interpreta, como direciona a construção de sua história e de como aceitam os padrões mínimos de sobrevivência para cada indivíduo na sociedade. No Brasil, muitas vezes a pobreza não está aliada a falta de recursos, mas sim a distribuição desigual destes.

A partir desta perspectiva, para lograr o desenvolvimento social é importante que indivíduos alcancem liberdade e autonomia através da minimização da desigualdade social e da garantia de acesso de bens necessários para sua vivência.

Para Santos et. al (2012), já faz algum tempo que desenvolvimento tornou-se um termo multiparadigmático. Historicamente, seu conceito se constrói com base em três visões paradigmáticas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. A análise desses paradigmas conceituais permite a compreensão do que é desenvolvimento e em que direção o desenvolvimento conduz a sociedade.

Para refletir sobre estas questões, referências sobre dimensões de análise política, econômica, social e ambiental possibilitam a caracterização do desenvolvimento no atual contexto capitalista. Neste contexto, o presente estudo analisa como se desenvolve a Microrregião Paraibuna/Paraitinga¹ nos aspectos econômico, social, político e ambiental na década de 2000.

1.1 PROBLEMA

A análise de indicadores de crescimento econômico da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010 apontam que este espaço desenvolveu sua economia a partir de variações positivas em seu Produto Interno Bruto - PIB no decorrer deste período.

A partir desta observação, questiona-se se os resultados advindos da economia têm contribuído para os demais aspectos do desenvolvimento regional. A questão a ser respondida é: além da análise econômica, como se desenvolveram entre os anos de 2000 e 2010 os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga sob os aspectos sociais, políticos e ambientais?

¹ Microrregião composta pelos municípios de Cunha, Jambeiro, Lagoinha, Paraibuna, Natividade da Serra, Redenção da Serra e São Luís do Paraitinga e localizada na Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado de São Paulo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Realizar uma análise comparativa entre os municípios da microrregião Paraibuna /Paraitinga com os resultados do Estado de São Paulo quanto aos seus desenvolvimentos econômico, social, político e ambiental na década de 2000.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as características populacionais da Microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010;
- Analisar a economia microrregional a partir do comportamento do Produto Interno Bruto - PIB, dos valores agregados aos setores econômicos e do número de empregos formais nos anos de 2000 e 2010;
- Analisar o desenvolvimento da microrregião Paraibuna/Paraitinga a partir de indicadores econômicos, sociais, políticos e ambientais no período entre os anos 2000 e 2010;
- Organizar matriz SWOT para apontar potencialidades, fraquezas e oportunidades nos setores econômicos, sociais, políticos e ambientais da microrregião em questão.

1.3 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Analisando somente a atividade econômica, a microrregião Paraibuna/Paraitinga apresenta crescimento positivo entre os anos de 2000 e 2010. Sua economia está baseada no setor de serviços, que é o setor econômico que mais agrega valor ao produto e a renda. Em seguida, a atividade industrial também contribui com valores expressivos na composição do PIB e, por fim, em menor escala, está o setor agropecuário.

Durante a década de 2000, alguns dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga destacaram-se por seus resultados econômicos aliados ao produto e a

renda. Como exemplo cita-se o município de Jambeiro, que apresentou um percentual de variação de 41,59% em seu PIB entre os anos de 2000 e 2010. Ainda assim, no que diz respeito às condições de vida, alguns municípios apresentaram deficiência em seus indicadores sociais, a exemplo de Natividade da Serra, que no ano de 2010 apresentou um percentual de 7,96% de população extremamente pobre.

A partir dessas observações, cabe analisar de que maneira a riqueza econômica contribuiu para a melhoria de indicadores de bem estar social na microrregião Paraibuna/Paraitinga, já que além de refletir nas atividades econômicas e na geração de riqueza, é necessário que também se reflita de que maneira ela é capaz de melhorar a qualidade de vida local.

1.4 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este projeto está estruturado em cinco seções. Na primeira seção são apresentados: problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos, relevância do estudo e organização do projeto. Na segunda seção é apresentada a revisão de literatura sobre os conceitos de crescimento econômico, desenvolvimento, desenvolvimento humano, região, espaço e território. Na terceira seção é apresentada a metodologia da pesquisa. Na quarta seção estão presentes os resultados da pesquisa e, por fim, na quinta seção é apresentada a conclusão da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Desenvolvimento e crescimento econômico

As controvérsias relativas às diferenças entre desenvolvimento e crescimento econômico são bastante difundidas no meio acadêmico. Entretanto, de acordo com Scalotín (1989), embora existam conflitos entre diversos conceitos sobre desenvolvimento, eles não devem se excluir. De fato, em algumas dimensões, eles se completam.

Em literatura econômica, frequentemente observa-se a associação de desenvolvimento com industrialização pelo fato de que a indústria tem o papel de incrementar positivamente o nível do produto no chamado crescimento econômico. Dessa forma, a ampliação da atividade econômica aliada ao processo de industrialização faz aumentar a crença de que a expansão industrial é crucial para a obtenção de melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida (OLIVEIRA, 2002).

Nesta temática, Bonelli (2005) discorre que, em nível agregado, a evolução da estrutura do Produto Interno Bruto por setores tende, nos países em processo de crescimento econômico, a atravessar uma sequência típica tal que, primeiro observa-se uma queda na participação da agropecuária e outras atividades primárias do produto total. A queda resulta da diminuição da produtividade no campo e ocorre com expulsão de mão de obra para o meio urbano. Essa redução do peso do setor primário é compensada inicialmente por forte expansão do setor industrial (industrialização) e, em menor medida, pelo aumento do setor de serviços. Posteriormente é esse setor que vê crescer sua participação de forma lenta, mas contínua, no produto agregado.

No que diz respeito ao crescimento econômico, Sandroni (1994) o caracteriza como o aumento da capacidade produtiva da economia, ou seja, da produção de bens e serviços de um país ou de uma área econômica. Para tanto, é calculado através da evolução anual do Produto Nacional Bruto – PNB ou pelo Produto Interno Bruto – PIB. Além disso, também pode ser indicado pelo crescimento da força de trabalho, pela receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico de uma economia.

Segundo Vasconcellos e Garcia (2004), quando se pretende avaliar o crescimento econômico, um dos indicadores utilizados é o PIB, que corresponde ao somatório de todos os

bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional em determinado período de tempo.

Entretanto, ao longo do tempo, percebeu-se a existência da necessidade de elaboração de um paradigma de desenvolvimento que compreendesse variáveis não somente econômicas, mas também sociais, visto que sob a ótica econômica o desenvolvimento é o aumento do fluxo de renda, isto é, ampliação na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo ao alcance de determinada coletividade (FURTADO, 1961).

De acordo com Scalotin (1989), o desenvolvimento tem sido identificado, frequentemente, como sinônimo de crescimento, transformação, industrialização ou modernização. Apesar disso, para Vasconcellos e Garcia (1998), em qualquer concepção, o desenvolvimento deve derivar do crescimento econômico conduzido de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve compreender as transformações da composição do produto e a alocação de recursos pelos distintos setores econômicos de modo a incrementar indicadores de bem-estar econômico e social como, por exemplo: a pobreza, a educação, a desigualdade, as condições de saúde, alimentação, moradia e desemprego.

Desta maneira, para Sandroni (1994), o desenvolvimento econômico caracteriza-se como o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações essenciais na estrutura econômica e social. Na mesma perspectiva, Oliveira (2002) afirma:

Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p. 40).

Milone (1998) afirma que para se conceituar o desenvolvimento econômico, deve-se perceber, ao longo do tempo, a existência de uma alteração positiva de crescimento econômico, mensurado por indicadores de renda, renda per capita, PIB, PIB per capita, redução da pobreza, desigualdade e desemprego e por fim, melhoria dos níveis de educação, saúde, nutrição, transporte e moradia.

Para Souza (1993), o desenvolvimento econômico exige um ritmo de crescimento econômico contínuo e superior ao crescimento populacional, englobando mudanças estruturais e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. Dessa forma, o crescimento apresenta-se como fator chave para solução dos problemas humanos e para o

desenvolvimento. Entretanto, em definição mais detalhada, a questão é saber como as variações do crescimento econômico são distribuídas entre a população e se são frutos de investimentos em educação, habitação e outros fatores que contribuem para a melhoria de vida da população.

Segundo Furtado (1967), o desenvolvimento se distingue do crescimento de forma limitada. Sendo assim, o desenvolvimento abrange o conceito de crescimento, superando-o. Isso, pois, o crescimento é entendido como o aumento da produção, isto é, do fluxo de renda, ao nível de um subconjunto especializado. Já o desenvolvimento é o mesmo fenômeno do ponto de vista de suas reproduções no conjunto econômico de estrutura complexa que engloba o anterior.

Vieira (2009) aponta que, nesta ótica, em termos conceituais, o desenvolvimento apresenta-se como uma explicação de virtualizações preexistentes no processo histórico-social e depende dos valores de cada sociedade. Sendo assim, pode se opor ao ideal de avanço econômico, já que seu objetivo vai além da oferta de bens e serviços advinda do aumento da produtividade.

Ainda para Vieira (2009), as palavras crescimento e desenvolvimento apresentam significados muito semelhantes. Todavia, a diferença é que o crescimento apresenta maior facilidade de quantificação, ou seja, apresenta sentido objetivo, onde seu significado está no aumento da capacidade produtiva da economia e é calculado pela evolução do crescimento do Produto Nacional Bruto – PNB, pelo Produto Interno Bruto – PIB, pelo crescimento da força de trabalho, da receita nacional poupada e investida e também pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.

Para Barros (2008), durante as últimas décadas de historiografia, observa-se o crescimento da rejeição do ideal de que a vida social e cultural é direta e linear às dimensões econômicas e materiais, o que implicaria em críticas contra pesquisas realizadas somente a partir da aplicação de modelos quantitativos de levantamento e análise de dados.

Neste mesmo sentido, Vieira (2009) afirma que o desenvolvimento apresenta maior complexidade de quantificação, isto é, apresenta sentido subjetivo, de maneira que se conceitua como o crescimento econômico adicionado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações necessárias na estrutura econômica e social.

2.2 A multidimensionalidade do desenvolvimento

Segundo Santos et. al (2012), há algum tempo o desenvolvimento tornou-se tanto um *slogan*, quanto um termo multiparadigmático. Historicamente, a caracterização do desenvolvimento é constituída a partir de três visões paradigmáticas – o desenvolvimento como crescimento econômico, o desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e o desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental. Quando esses paradigmas são analisados, é possível caracterizar o desenvolvimento, por que e como acontece o desenvolvimento e para onde ele é capaz conduzir a sociedade.

Ainda para Santos et. al (2012), com o passar do tempo, o desenvolvimento assumiu conceitos mais elaborados e sistematizados em diversos setores do conhecimento científico – sociologia, economia, ecologia, antropologia, entre outros. Por isso, passa a ser considerado como um estado, processo, bem estar, progresso, crescimento econômico/humano e equilíbrio ecológico. Dessa forma, o desenvolvimento pode se associar a uma série de adjetivos – local, sustentável, integrado, territorial, endógeno, exógeno, global, regional, humano, econômico, político, ambiental.

De modo a refletir sobre tais questões, esta seção tem o objetivo de apresentar as percepções sobre o processo de construção do desenvolvimento no âmbito da sociedade capitalista. Por isso, apresentaremos abaixo a contextualização de cinco dimensões do desenvolvimento que, segundo Santos et. al (2012) se apresentam como: dimensão política, econômica, social, ambiental e humana. É importante salientar que essas dimensões não são as únicas que perpassam pela compreensão do desenvolvimento, porém, para este trabalho, são as dimensões mais relevantes para o tema de estudo.

2.2.1 Desenvolvimento Econômico

As raízes do desenvolvimento perpassam, em sentido amplo, pela ciência econômica. Nos séculos XVIII e XIX, os trabalhos de Smith, Malthus, Ricardo e Marx já apontavam o desenvolvimento como um fenômeno determinante para a consolidação do capitalismo. Mais tarde, na década de 1940, o desenvolvimento configurou-se como um objeto de pesquisa científica a partir do surgimento da Economia do desenvolvimento, que traz consigo teorias e metodologias descritivas e promotoras do desenvolvimento baseado na sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza através de acúmulo de renda monetária.

Na obra “A Riqueza das Nações” do ano de 1776, Smith já expunha que um país atingiria o desenvolvimento quando os agentes econômicos pudessem satisfazer, com espontaneidade, seus interesses individuais. A ideia é de que todo homem vive para a troca, ou adota, em algum momento de sua vida, práticas mercantilistas. Isso aconteceria, pois se supõe que o homem movido pelo desejo do lucro produziria em maior quantidade, criando um excedente que refletiria em benefício para a sociedade como um todo (SMITH, 1996).

Na obra “Princípios de Economia Política e Tributação” de 1817, Ricardo analisa a distribuição da riqueza entre as classes sociais da época. O autor expõe que a distribuição acontece a partir dos salários, dos lucros e da renda fundiária. Uma nação produziria riqueza através de lucros e rendas da terra, já que salários seriam considerados como despesas. Nesta perspectiva, considera-se que a maior parte da riqueza gerada está nas mãos dos detentores de capital e por isso, o desenvolvimento surge do montante de investimento que o capitalista aplica na unidade produtiva (RICARDO, 1996).

Na ótica de Marx em sua obra “O Capital” de 1867, o ideal de desenvolvimento econômico abrange o conceito de “mais valia”. Para o autor, a acumulação de capital por parte do capitalista acontece através da mais valia. Esta se cria a partir da emergência de relações sociais de produção entre o capital e o trabalho. A economia moderna ou industrial surgiria a partir da acumulação primitiva de capital, que possibilitaria que algumas nações acumulassem volumes de capital e financiassem investimentos primordiais para o desenvolvimento da economia (MARX, 1974).

Sobre a teoria de Marx, Santos et. al (2012, p. 48) expõem que

Nesta perspectiva, podemos então considerar que o momento histórico do mercantilismo funcionou como um período de acumulação de capital, destinado ao financiamento da etapa de industrialização dos países centrais. A partir desse momento, é estabelecida uma relação entre centro e periferia, em que o centro, na condição de país desenvolvido dominante, explora o país não desenvolvido e periférico. As causas mais profundas do subdesenvolvimento são para Marx o imperialismo e o desvio do excedente, e a única forma de escapar dessa situação seria através de uma revolução socialista.

Para Furtado (1988), o desenvolvimento no âmbito das ciências econômicas tem sua base na acumulação de riqueza e na expectativa do alcance de bem estar futuro. A partir do desenvolvimento seria possível transformar uma sociedade atrasada em uma sociedade avançada. A partir de perspectivas neoclássicas da economia, o desenvolvimento se propaga

ao longo do tempo no espaço e traz consigo, em algum momento, o progresso material, cultural e social observados nos países pioneiros do capitalismo.

2.2.2 Desenvolvimento Político

De acordo com Machado (1976), após a Segunda Guerra Mundial floresceu o estudo do desenvolvimento econômico. A Sociologia e a Ciência Política voltaram foco para o assunto na medida em que apenas as explicações econômicas do fenômeno se mostravam insuficientes. Por isso, uma gama de estudos foi dedicada à análise dos estímulos e dos obstáculos ao desenvolvimento econômico dentro da esfera política. O fator era percebido na forma das coalizões de elites, nas quais os valores e os comportamentos fossem favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento econômico.

Segundo Esteva (2000), este termo foi empregado pela primeira vez no ano de 1949 em um programa de governo elaborado por Truman, então presidente dos Estados Unidos da América. Na época, dizia-se que o desenvolvimento era o início de uma nova era no mundo. Para tanto, era necessário dedicação a um programa que lograsse avanços científicos e progresso industrial, que levariam ao crescimento e evolução de áreas subdesenvolvidas. O que se pensava era um programa embasado nos ideais de distribuição justa e democrática.

Para Machado (1976), a partir do aparecimento de novos países, de focos crescentes de atenção por parte das Ciências Sociais e de nações economicamente desenvolvidas com relação às subdesenvolvidas, foi comum o enquadramento como estudos de “desenvolvimento político” os estudos relacionados à política desses países. Inicialmente, os países novos eram os africanos e asiáticos, que se tornaram independentes no período pós-guerra.

Ainda para Machado (1976), a Ciência Política se deparou com despreparo para desenvolver explicações sobre os fenômenos de mudança política em sociedades tão diversas das ocidentais. Para tanto, estudiosos de orientação mais teórica passaram a recorrer às teorias de mudança elaboradas pelos sociólogos. A partir daí:

Desenvolvimento político passou a ser visto como o aspecto político do fenômeno geral de modernização, ou seja, a passagem de uma sociedade tradicional, onde predominam relações sociais familiares, particularísticas, difusas, com grupos locais estáveis, limitada mobilidade social e pouca diferenciação ocupacional, a uma sociedade moderna, caracterizada pelas

normas universalísticas, pela valorização do desempenho, pela alta mobilidade social, pelo desenvolvimento do sistema ocupacional, pelo sistema de classes menos rígido, entre outros traços (MACHADO, 1976, p. 2).

Na atualidade, Santos et. al (2012) expõe que, na política, o desenvolvimento pode ser analisado a partir de três perspectivas analíticas definidas nos tópicos abaixo:

- **Desenvolvimento Como Produto do Mundo Ocidental:** para que se compreenda a importância do caráter político para a construção do conceito de desenvolvimento é necessário levar em conta que o mundo, em sentido histórico, se constituiu numa disputa ideológica, cultural e filosófica entre o Ocidente e o Oriente. Deve-se considerar que o mundo ocidental está enraizado na civilização greco-romana, na Europa e no cristianismo. Neste espaço floresceu o renascimento, o descobrimento e a modernidade. Por outro lado, o mundo Oriental enraizou-se nas civilizações do oriente antigo – egípcia, indiana e chinesa, onde se desenvolveu a agricultura, o comércio e o socialismo.
- **Desenvolvimento Como Mecanismo de Cooptação Política:** esta perspectiva leva em consideração o período histórico da Guerra Fria, quando existia uma disputa política e ideológica entre os Estados Unidos e a União Soviética, duas potências do mundo pós-guerra. Ambas as propostas de desenvolvimento se baseavam em uma sociedade industrial e urbana, porém, se diferiam em suas demais propostas. De um lado, existia uma corrente liberal moderna, centralizada na individualidade, propriedade privada, social democracia e Estado-Provedor. De outro lado, existia uma corrente pautada nos ideais marxistas, baseados na coletividade, propriedade estatal, justiça social e Estado-Centralizado. Estas disputas ideológicas deram espaço para o surgimento do Estado do Bem Estar Social, onde existe a necessidade de se pensar no bem estar da sociedade através de serviços como a saúde, a educação, a habitação, a previdência e outros.
- **Desenvolvimento Como Orientação Teórica:** esta teoria aponta que dentro das ciências sociais o desenvolvimento passou por três orientações teóricas contrastantes. A primeira abrange a teoria da modernização das décadas de 1950 e 1960, a qual discorre sobre efeitos benéficos do capital, da ciência, da tecnologia e da capacidade gerencial para incrementar o desenvolvimento. Sua base está nos fundamentos de economia clássica e neoclássica, fundamentadas nos pensamentos de Smith,

Schumpeter, Ricardo e Marshall. A segunda abrange a teoria da dependência durante as décadas de 1960 e 1970, a qual afirma que o subdesenvolvimento está enraizado na conexão entre dependência externa e exploração interna, isolando a suposta carência de capital, tecnologia ou outros valores modernos. Esta discussão tem como base os pensamentos de Cardoso, Prebisch, Falleto, Furtado e outros. A terceira orientação abrange o pensamento pós-estruturalista das décadas de 1980 e 1990, que questiona o conceito de desenvolvimento utilizado pelas ciências sociais. A ideia é de que o desenvolvimento seria um instrumento de dominação das sociedades ocidentais do Primeiro Mundo para os países de Terceiro Mundo. Fazem parte desta abordagem: Rist, Souza-Santos, Harvey, Escobar e outros.

Santos et. al (2012) aponta que independente dos diversos princípios desenvolvimentistas, o desenvolvimento na dimensão política funciona como uma ideologia e uma utopia do mundo ocidental. Ele se relaciona com um conjunto de crenças orgânicas que se associa a redes institucionais constituídas – Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, e opera como um sistema de classificação de povos, regiões e sociedade.

2.2.3 Desenvolvimento Ambiental/Sustentável

O ideal de sustentabilidade ganhou magnitude e expressão política na adjetivação do termo desenvolvimento, tendo origem a partir da percepção de uma crise ambiental global. Tal percepção sofreu diversas adaptações até atingir sua estrutura atual, cujas origens mais recentes estão plantadas na década de 1950, quando a humanidade começou a perceber a existência de um risco ambiental global – a poluição nuclear. Seus indícios alertaram a sociedade sobre o fato de que vivemos em uma nave comum, e que os problemas ambientais não estão restritos a territórios limitados (MACHADO, 2005).

Os pilares modernos que caracterizam o desenvolvimento sustentável encontram-se na Conferência de Estocolmo de 1972, onde, pela primeira vez, foram discutidos os impactos negativos do processo de desenvolvimento no meio ambiente e no tecido social (GUIMARÃES, 1998). Durante todo o evento, a crescente discussão era a conciliação da atividade econômica com a preservação do meio ambiente (ALMEIDA, 2002).

De acordo com Baroni (1992), em 1980 a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN apresentou o documento “Estratégia de Conservação Mundial” objetivando o alcance do desenvolvimento sustentável por meio da conservação de recursos vivos. Tal documento foi popularizado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNEUMA e traz como princípios e conteúdos: a ajuda para pobres que, muitas vezes, não tem a opção de não destruir o meio ambiente; o ideal de desenvolvimento que respeite os limites dos recursos naturais; o ideal de desenvolvimento com custo real, apoiado por critérios econômicos não tradicionais e, por fim, a necessidade de iniciativas voltadas para a sociedade.

A partir daí, percebeu-se que o final do século XX estava atrelado ao crescimento da consciência da sociedade em relação à degradação do meio ambiente advinda do processo de desenvolvimento. As crises ambientais somadas a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo conduziu ao pensamento de um conceito, o de desenvolvimento sustentável, que alcançou destaque a partir da década de 1990 e tornou-se um dos mais utilizados para se definir uma nova dimensão do desenvolvimento (VAN BELLEN, 2004).

Atualmente, a definição mais aceita sobre desenvolvimento sustentável é aquela que se consagrou no Relatório de Brundtland em 1987, difundida durante a realização da Conferência Rio-92, organizada pela Organização das Nações Unidas - ONU. De acordo com tal relatório, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades (WCDE, 1987).

Elkington (2001) alerta que, dez anos após a Comissão, viu-se que, somente as questões ambientais, que atingiam a sociedade e o meio organizacional, não seriam suficientes para resolver os problemas de uma economia global sustentável. Dessa forma, aqueles que pensam na sustentabilidade apenas como uma questão de controle de poluição, não estão visualizando o cenário por completo. Percebeu-se, então, a necessidade de agregar a questão social junto às questões econômicas e ambientais.

Para Goodland (1995), o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu ao se reconhecer que, o padrão de desenvolvimento em curso, que tem seu objetivo central no progresso econômico, apresenta situações impossíveis, sob perspectiva biofísica, quando projetado para o futuro.

Nesse sentido, Boisier (1997) aponta que tanto os limites biofísicos do planeta, como também a deterioração do tecido social, ensejam mudanças nos processos de tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas públicas na busca por novas formas de desenvolvimento.

Segundo Guimarães e Feichas (2009), as mudanças suscitam a necessidade da conscientização da sociedade quanto às situações ambiental e social em que se encontra o planeta, de maneira que se busque maior participação na definição de rumos do desenvolvimento. Há que se pensar estrategicamente os impactos positivos e negativos da decisão e ações tomadas pela sociedade, o que significa deixar de pensar somente no retorno econômico e incorporar outras dimensões à avaliação da realidade, lembrando que o processo de desenvolvimento não é constante nem estável junto ao tempo e ao espaço.

Para Van Bellen (2005), a união entre o econômico, social e ambiental ampliou as dimensões do desenvolvimento e possibilitou a ampliação de sua complexidade. A perspectiva neoclássica interpreta o desenvolvimento econômico por meio de estoques e fluxos de capitais. Em contrapartida, o desenvolvimento sustentável mantém esta interpretação, porém o conceito de capital é ampliado para incluir o capital natural, humano e social.

Diante das considerações apresentadas, observou-se que o conceito de desenvolvimento sustentável passou por uma evolução e que chegou a concepção de sua base em três pilares: econômico, social e ambiental.

Nesta perspectiva, Elkington (2001) caracteriza o pilar econômico do desenvolvimento sustentável como os lucros calculados a partir de dados numéricos, enquanto o pilar social está baseado no capital humano, na forma de saúde, habilidades, educação e ainda abrange medidas amplas de saúde da sociedade e do potencial da criação de riquezas. Por fim, o pilar ambiental está estruturado no capital natural, àquele fundamental a perpetuidade do ecossistema, dos recursos naturais renováveis, recuperáveis ou substituíveis.

2.2.4 Desenvolvimento Social/Humano

Segundo Santos et. al (2012), os estudos de Smith, Ricardo e Marx para explicar a riqueza de uma nação originou a teoria do crescimento, na qual o desenvolvimento é

associado à evolução do sistema de produção, acumulação e progresso técnico, voltadas as teorias econômicas. Entretanto, para que se explicasse o subdesenvolvimento e sua consequente pobreza, surgiram teorias próprias sobre o desenvolvimento, que o relacionavam ao grau de satisfação das necessidades humanas.

Tais teorias possibilitaram discussões teóricas acerca da política, crescimento e desenvolvimento, tomando forma no âmbito de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas – ONU² e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL³. A ideia é a de que ao falar em desenvolvimento, é necessário falar de seu contrário (subdesenvolvimento), visto a existência de uma forte relação entre estas duas realidades.

As teorias sobre desenvolvimento originadas na América Latina traziam a ideia da existência de um desequilíbrio entre países do centro (industrializados e hegemônicos) e países periféricos (agrícolas e dependentes), que influenciava a capacidade dos países subdesenvolvidos em acumular capital e ter dificuldade de alterar sua realidade. Esse fato pode ser explicado a partir da taxa de produtividade, que é maior nos países industrializados e menor nos países agrícolas. A consequência é a inelasticidade da oferta, que gera bloqueio ao crescimento. Esse estágio seria revertido através de investimentos em tecnologia, capital social e humano, impulsionados por indústrias locais diversificadas apoiadas por demanda interna e centrada no modelo de substituição de importações (SANTOS ET AL., 2012)

Santagada (1993) coloca que as críticas à perspectiva desenvolvimentista latino americana, que enfatizava somente a evolução produtiva e acumulação de capital, trouxeram maior relevância as discussões acerca da dimensão social desenvolvimento. Governos e organismos internacionais como a ONU, a OCDE e a própria CEPAL introduziram medidas para quantificar o desenvolvimento social. Desde 1990, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD acompanha o desenvolvimento de países na promoção de políticas públicas que zelam pelo desenvolvimento de pessoas a partir do Índice de Desenvolvimento Humano.

² Organização intergovernamental criada em 1945 com o intuito de promover a cooperação internacional.

³ Comissão regional criada em 1948 pela ONU com o intuito de contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar ações encaminhadas à sua promoção e reforçar relações econômicas dos países entre si e com outras nações do mundo.

De acordo com Haq (1995), o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano foi divulgado em maio de 1990. Segundo este documento, o objetivo do desenvolvimento seria a criação de um ambiente onde as pessoas pudessem viver uma vida longa, saudável, criativa e feliz. Sendo assim, segundo a PNUD (1990), o desenvolvimento humano apresenta-se como um processo de aumentar as escolhas possíveis das pessoas.

É nessa acepção que o relatório sugere o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, com o propósito de captar o paradigma do desenvolvimento humano através de três elementos centrais: longevidade (expectativa de vida ao nascer), conhecimento (taxa de alfabetização e média dos anos de escolaridade) e padrão de vida (PIB per capita ajustado pela Paridade do Poder de Compra) (PNUD, 1990).

Segundo Kroetz et al. (2010), para mensurar o grau de desenvolvimento humano de um município, utiliza-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM⁴, composto pelos mesmos três elementos calculados pelo IDH. A avaliação destes indicadores considera a privação das regiões em relação a cada uma das três variáveis estudadas, que apresentam escala de limite entre zero e um e sendo classificadas em:

- Menor que 0,500 – baixo desenvolvimento humano
- Entre 0,500 e 0,800 – médio desenvolvimento humano
- Acima de 0,800 – alto desenvolvimento humano

Ainda sobre este tema, o PNUD (1990) salienta que a ligação entre o crescimento econômico e o progresso humano não é automático. Para tanto, o crescimento do PIB acompanhado por uma distribuição equitativa de renda é fundamentalmente o caminho mais efetivo para sustentar o desenvolvimento humano.

Para Haq (1995), o contexto do desenvolvimento humano abrange todos os paradigmas tradicionais de crescimento, contudo partindo do ponto de vista das pessoas. Dessa forma, é válido falar em crescimento econômico desde que se discuta de que maneira as pessoas participam e se beneficiam dele. O autor defende que as questões econômicas tradicionais não devem ser ignoradas, mas sim continuar com o mesmo grau de importância

⁴ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global: longevidade, educação e renda, porém vai além ao adequar a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, o IDHM é mais adequado para avaliar o desenvolvimento de municípios brasileiros.

que sempre apresentaram, porém são analisadas sobre a perspectiva de como influenciam a vida das pessoas. Portanto, as pessoas não são consideradas simples beneficiárias do crescimento econômico, mas como autênticos agentes de mudança na sociedade.

Esta mesma perspectiva é abordada por Sen (2000), que relaciona o objetivo do desenvolvimento à avaliação das liberdades reais usufruídas pelas pessoas. Assim, as capacidades individuais dependem, essencialmente, dentre outros fatores, de disposições econômicas, sociais e políticas. Portanto, as pessoas devem ser vistas como ativamente envolvidas na conformação de seu próprio destino, e não simplesmente como beneficiárias passivas de programas de desenvolvimento.

Para a análise da evolução do desenvolvimento de uma região contamos, por exemplo, com índices de desenvolvimento humano apresentados nos Relatórios Dinâmicos elaborados a partir dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, que são contextualizados a partir do Relatório Nacional de Acompanhamento:

Em setembro de 2000, os líderes de 189 países firmaram um pacto durante a Cúpula do Milênio promovida pela Organização das Nações Unidas, em Nova York. Desse acordo nasceu um documento, denominado Declaração do Milênio, que estabeleceu como prioridade eliminar a extrema pobreza e a fome do planeta até 2015. Para tanto, foram acordados oito objetivos, chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, que devem ser alcançados por meio de ações específicas de combate à fome e à pobreza, associadas à implementação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, 2004, p. 10).

Além da criação dos ODM, também foi definido o estabelecimento de uma parceria global para a construção do desenvolvimento sustentável, o qual pode ser definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 46).

Para cada um dos oito objetivos foram criadas metas, somando um total de dezoito, que podem ser acompanhadas por um grupo de 48 indicadores sugeridos por um conjunto de especialistas da OCDE, do Banco Mundial, do FMI e do Secretariado da ONU (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO, 2004).

O Brasil é um dos países que adotaram os ODM como forma de assegurar melhores níveis de desenvolvimento humano para sua a população. A este respeito, o Relatório Nacional de Acompanhamento de 2010 afirma:

O Sistema das Nações Unidas, por meio de seus Fundos, Agências e Programas, parabeniza o Brasil pelo reconhecimento dos ODM como um norteador das políticas públicas, e manifesta sua disposição de continuar contribuindo, dentro do seu mandato, para o aprofundamento dos avanços alcançados, assim como para promover o diálogo sobre esses temas com a sociedade civil brasileira (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO, 2010, p. 10).

Ainda de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2010), os objetivos estipulados para os municípios brasileiros alcançarem até o ano de 2015 estão sintetizados na Figura 1.



Figura 1 - Os Objetivos do Milênio no Brasil

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014)

Para encerrar esta seção, é válido considerar que da mesma forma que se observam significados diferentes entre os termos crescimento e desenvolvimento, observa-se que a mensuração destes aspectos também se diferem entre si, de modo que a avaliação do crescimento baseia-se em análises quantitativas e, em contrapartida, o desenvolvimento exige estudos voltados a uma análise de dados qualitativa. Portanto, para mensurar a linearidade entre crescimento econômico e desenvolvimento humano de determinado espaço territorial, deve-se realizar uma análise baseada em índices qualitativos e quantitativos.

2.3 Região, desenvolvimento, território e espaço

De acordo com Silva, Oliveira e Araújo (2012), há uma grande dificuldade na conceituação da região, pois além dos espaços físicos, ambientais, culturais, econômicos e políticos, para se identificar uma região é necessário conhecer sua história. As pessoas trabalham, vivem e residem em lugares específicos, embora suas vivências e atribuições são experimentadas em lugares múltiplos aliados às possibilidades constituídas com as redes de informações.

A variedade de pensamentos e aceções acerca da temática regional traz complexidade para a criação de uma definição que satisfaça todas as áreas afins. Para Ferreira (1989), os conceitos de região definidos até hoje, nunca satisfizeram, simultaneamente, geógrafos, cientistas políticos, economistas, entre outros. Mesmo assim, diversos conceitos criados tendem a ser dinâmicos e flexíveis, visto que estruturas que caracterizam determinada região sofrem de vulnerabilidade ao tempo e estão em constante processo de mudança.

Na área de Geografia, o processo de caracterização do conceito de região consolidou esta área como ciência, isto, pois a região se tornou seu objeto próprio, seu método e sua interface entre fenômenos físicos e humanos aliados e discutidos em suas diferenças locais (GOMES, 1995).

Pensando em construção territorial, Cunha, Simões e Paula (2005) conceituam região como uma produção cultural, criação histórica e espaço irredutível de liberdade e criatividade, baseados em um estoque de recursos naturais como, por exemplo, as pedras, as montanhas, os mares, as florestas, os desertos e as imensidões. Assim, a região não é determinada socialmente, mas sim territorialmente.

Refletir na perspectiva histórica de um espaço regionalizado cria a necessidade de uma discussão multidisciplinar, que engloba diversas áreas das ciências sociais, como a Geografia e a Economia (SILVA; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2012). Nesta ótica, Engels (1979) expõe:

As condições sob as quais os homens produzem e trocam o que foi produzido variam muito para cada país e, dentro de cada país, de geração para geração. Por isso, a Economia Política não pode ser a mesma para todos os países nem para todas as épocas históricas. Desde o arco e a flecha, passando pelo machado de pedra do selvagem, com os seus atos de troca, raríssima e excepcional, até a máquina a vapor de mil cavalos de força, os teares mecânicos, as estradas de ferro e o Banco de Inglaterra, existe um verdadeiro abismo. Os habitantes da Terra do Fogo não conhecem a

produção em grande escala, assim como não conhecem o comércio mundial, nem tampouco as letras de câmbio que circulam a descoberto e os inesperados craques de bolsa (ENGELS, 1979, p. 127).

Em complemento, Santos (1997) afirma que a região pode ser caracterizada como um lócus de determinadas funções da sociedade total em um dado momento, isto é, um subespaço do espaço nacional total. Gomes (1995) cita que a região é uma especificação de determinado espaço, articulado de maneira funcional e espacial. É a realização de um processo universal em um quadro territorial menor, onde é feita a combinação entre o geral (noções efetivadas) e o particular (elemento de diferenciação). Por isso, a região é uma dimensão espacial das especificidades sociais dentro de uma totalidade espaço-temporal.

Para Becker e Wittmann (2008), o conceito de região está associado à palavra “reger”. Historicamente, é utilizado para indicar ação e controle sobre os territórios. Dentro do capitalismo, regiões de planejamento são unidades territoriais que aplicam o discurso de recuperação e desenvolvimento. Este discurso tenta reestabelecer o equilíbrio perdido no processo de desenvolvimento desigual, característico do capitalismo, onde desigualdades regionais são necessárias para a organização socioespacial.

Percebe-se que ao longo do tempo, fez-se necessário desvincular o ideal de regiões como puras paisagens naturais e pensar neste espaço como um conjunto de dimensões técnicas e interações entre os meios natural, econômico, social e cultural. Ademais, considerando que tecnologias possibilitam a superação de contingências naturais, padronizam e homogêizam processos econômicos e urbanos, é preciso considerar aspectos regionais, naturais e de estoque de recursos imbuídos nas áreas de sustentabilidade e biodiversidade (BRASIL, 2008).

Ao entrar na temática de desenvolvimento, a criação de modelos de desenvolvimento regional baseia-se na separação entre espaço geográfico natural e espaço econômico, o que gera um espaço discriminatório para poucos. Em escala global, por exemplo, foram criados os circuitos de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos (SILVA; ARAÚJO; OLIVEIRA, 2012). Neste sentido, as desigualdades regionais surgem pelo fato de que regiões mais ricas tendem a atrair maiores investimentos do que regiões mais pobres, obedecendo à teoria dos polos de crescimento (MYRDAL, 1965).

Para Silva, Araújo e Oliveira (2012), a teoria econômica contemporânea ampara políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico regional, o que proporciona

crescimento econômico, mas não garante ações de desenvolvimento para a potencialidade pessoais e coletivas. Nesta ótica, Vieira e Santos (2012, p. 364) complementam:

Na esfera regional as teorias de desenvolvimento econômico enfocavam os investimentos e a tecnologia como fatores de crescimento e o desenvolvimento. As políticas de desenvolvimento objetivavam promover a atração de investimentos acompanhados de inserção tecnológica, para aumentar a produtividade do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade regional, negligenciando fatores internos, culturais e sociais que contribuem para a riqueza empresarial, mas, sobretudo, para a riqueza humana em um determinado território.

Isso significa que a partir do ideal da economia clássica, os agentes econômicos – indivíduos, empresas e estados, concentram decisões econômicas em benefícios materiais. Existe, então, a necessidade de refletir em políticas públicas baseadas não só na vertente econômica, mas também sustentadas nas vertentes social e política dos atores locais.

De fato, Barquero (2000) expõe que ao longo da década de 80 ocorreram mudanças nas políticas econômicas – internacionalização e liberalização de mercados, fato que propiciou o impacto das ações de atores regionais nos processos de crescimento de economias locais. Assim, a política de desenvolvimento regional funcionou como uma resposta das comunidades locais aos desafios econômicos da época – mobilidade de capital, produção enxuta e abertura de mercado.

Sobre esta perspectiva, Souza (2009) traz que os tempos de globalização exigiam que comunidades locais se atentassem aos objetivos do desenvolvimento econômico e, por isso, o papel de atores locais de desenvolvimento era crucial. Em sua maioria, estes agentes se apresentam como: prefeituras, universidades, centros de pesquisa, associações comerciais, industriais, entre outros.

Como este estudo pretende avaliar o desenvolvimento da microrregião Paraibuna/Paraitinga em período pré-estipulado, cabe aqui uma citação sobre uma abordagem que, ao longo do tempo, procurou descrever o desenvolvimento regional – Teoria do Desenvolvimento Endógeno Local.

Nesta teoria configura-se o desenvolvimento endógeno, que é visto como a capacidade para transformar o sistema socioeconômico; a habilidade para reacionar os desafios externos; a promoção de aprendizagem social e a habilidade para introduzir formas específicas de regulação social a nível local que favorecem o desenvolvimento das características anteriores.

Desenvolvimento endógeno é, em outras palavras, a habilidade para inovar a nível local (GARAFOLI apud BOISIER, 2005).

Segundo Barquero (1995), o desenvolvimento endógeno surge como uma nova estratégia de desenvolvimento, nos quais seus objetivos centram-se na reestruturação de sistemas produtivos, no aumento do emprego local e na melhoria do nível de qualidade de vida da população. Nessa abordagem, os principais agentes políticos em destaque são a gestão pública municipal, estadual e os empresários locais. Ademais, o autor ainda coloca que a ideia central desta teoria de desenvolvimento está baseada na inovação como o produto de um conjunto de atores relacionados ao setor produtivo do meio local que estão envolvidos com diferentes agentes ligados a diferentes instituições. Assim, os governos locais adquirem papel protagonista na execução de políticas desenvolvimentistas que interferem de maneira ativa na reestruturação do sistema produtivo.

Ferreira (2012) coloca que o desenvolvimento local endógeno pode ser identificado como uma resposta ao processo de globalização. Nesta ótica, Barquero (2002) expõe a necessidade de organização das comunidades locais rumo aos objetivos do desenvolvimento econômico destacando a atuação de atores locais, que têm como papel, o estímulo às inovações, a redução dos custos de produção de empresas locais e sua ação dentro dos mercados. Para tanto, o sistema institucional deve incitar a interação entre os atores e o aprendizado coletivo a partir de cooperação e acordos entre empresas e organizações.

Diniz e Crocco (2006) definem que o desenvolvimento endógeno traz consigo duas principais alterações quanto a outras abordagens. A primeira se resume ao fato de incorporar aspectos institucionais (conhecimento, rotina, cultura, capital social, etc.) no entendimento da dinâmica regional. A segunda diz respeito à valorização da capacidade local para combater desigualdades regionais.

Boisier (2005) define que o desenvolvimento endógeno é um fenômeno que se divide em quatro esferas que se cruzam e que se interpõem entre si. São elas:

- Esfera política: é a crescente capacidade local para tomar decisões frente à diversidade de opções e estilos de desenvolvimento, para conceber e implementar de políticas desenvolvimentistas e para negociar com elementos definidores do ambiente territorial.

- Esfera Econômica: está ligada a apropriação e reinvestimento de excedentes na região. O objetivo é diversificar a economia local pensando, principalmente, no longo prazo. Quando se pretende endogeneizar o crescimento local, deve-se pensar na conciliação de práticas estratégicas de longo prazo da região com práticas estratégicas de longo prazo do capital externo compreendido naquele território.
- Esfera científica e tecnológica: é a capacidade interna de um sistema organizado para gerar impulsos tecnológicos que causam alterações quantitativas no próprio sistema.
- Esfera cultural: é a capacidade de geração de uma identidade sócio territorial e essencial na questão do desenvolvimento.

A partir destas perspectivas, Amaral Filho (2001) coloca que o modelo de desenvolvimento local endógeno traz um modelo de desenvolvimento que parte de baixo para cima, visto que parte das potencialidades econômicas da própria localidade. Nesta ótica, considera-se que somente a presença de empresas motrizes e investimentos governamentais não são suficientes para incrementar o desenvolvimento local.

Quanto aos estudos acerca do espaço, estes estão presentes em diversas áreas do conhecimento científico e apresentam características próprias em cada um deles. Segundo Vieira e Santos (2012), existem, por exemplo, dois extremos do estudo do espaço: os geógrafos, que defendem uma concepção concreta de espaço definido por clima e relevo, e os matemáticos, que defendem o espaço como conjuntos de relações definidas por coordenadas abstratas.

Segundo Becker e Wittmann (2008) a ideia de espaço remete a totalidade de lugares, sendo que o lugar é interpretado como uma expressão global materializada e produzido na arbitrariedade entre mundialidade e especificidade.

Santos (1994) amplia este conceito e entende o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações. Os objetos são artificiais, dotados de mecânica e funcionalidade própria e portadores de intencionalidade mercantil e interesses hegemônicos internacionais – hidrelétricas, portos, estradas, cidades, etc. As ações são racionais e correspondem a fins e meios hegemônicos internacionais, advindas de fora do lugar, região, território ou país. O autor ainda considera que:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 1986, p. 22).

Para Perroux (1969), o espaço pode ser classificado em três maneiras distintas: homogêneo – formado por elementos de características semelhantes; polarizado – constituído por polos de crescimento que concentram atividades, sociais, econômicas, políticas e administrativas, que dominam as áreas do seu entorno; e espaços definidos por planos – grupo de unidades do espaço econômico que têm o mesmo objetivo.

A discussão sobre espaço traz a necessidade da discussão sobre territórios e, neste sentido, Corrêa (1994) defende que território é uma palavra derivada do latim - terra e torium, que significa terra que pertence a alguém. Pertencer, no entanto, não está vinculado a propriedade da terra, mas sim a sua apropriação. Nesta ótica, Rafestin (1993) expõe que o território é o espaço territorializado apropriado. É um local de relações entre sociedade/natureza e homens/homens, o que indica um espaço de ação e poder. O espaço se faz território durante um processo de produção espacial, onde ocorre o balizamento, modificação e transformação deste através de redes e fluxos que ali se instalam.

Santos e Silveira (2001) apontam o território como a extensão do espaço apropriado e usado, sendo que em terminologia mais restrita, é o nome político para o espaço de um país ou de uma região. De maneira humana, o conceito de território admite a preocupação com destino e construção do futuro.

A análise territorial abrange elevado nível de complexidade. Uma realidade territorial sofre intervenção de instrumentos de diversas escalas espaciais - arenas políticas, instâncias de poder e níveis de governo. Quando em conjunto, tais escalas funcionam como um recorte que apreende determinações e condicionantes de fenômenos sociais. Assim, um território necessita adotar estratégias multiescalares como forma de solucionar problemas de escalas espaciais específicas e atingir melhores níveis de desenvolvimento local (BRASIL, 2008).

No Brasil, de acordo com o sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE⁵, os estudos sobre a divisão regional se iniciaram no início do ano de 1941. O objetivo principal era a sistematização de diversas "divisões regionais" que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única Divisão Regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras. A partir destes trabalhos, no ano de 1942 foi aprovada através da Circular nº 1 da Presidência da República a primeira Divisão do Brasil em regiões, a saber: Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Dentro do quadro da Divisão Regional do Brasil e de suas revisões, seu caráter apresenta um conjunto de determinações sociais, econômicas e políticas que integram a totalidade da organização do espaço nacional, referendado no caso brasileiro pela forma desigual como vem se processando o desenvolvimento das forças produtivas em suas interações com o quadro natural. Não excluindo as partes constitutivas da referida totalidade, a Divisão Regional em mesorregiões a partir de uma visão histórico-espacial enfatiza a divisão inter-regional da produção no país, pensando na internacionalização do capital no período pós-60, buscando as raízes desse processo na forma como o estado ora tende a intervir, ora a se contrair, em favor da evolução do processo de acumulação e de valorização do capital, que pode ser interpretado nos sucessivos e variados planos governamentais.

Neste aspecto, a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões, partindo de determinações mais amplas a nível conjuntural, buscou verificar áreas individualizadas em cada uma das Unidades Federadas, tomadas como universo de análise para definir as mesorregiões com base nas seguintes dimensões: o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. A aplicabilidade desta divisão leva em conta: elaboração de políticas públicas; subsídio ao sistema de decisões quanto à localização de atividades econômicas, sociais e tributárias; subsídio ao planejamento, estudos e identificação das estruturas espaciais de regiões metropolitanas e outras formas de aglomerações urbanas e rurais.

De acordo com o IBGE (1990), no ano de 1989 foi aprovada a Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas e, nesse contexto considerou-se:

- Mesorregiões: áreas individualizadas em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o

⁵ Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> > Acesso em 05 Fev. 2016.

processo social determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial. Estas dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que ali se formou.

- **Microrregiões:** foram criadas como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se a estrutura de produção agropecuária industrial, extrativismo mineral ou pesca. Essas estruturas de produção diferenciadas podem resultar da presença de elementos do quadro natural ou de relações sociais e econômicas particulares a exemplo, respectivamente, das serras unidas nas áreas sertanejas ou à presença dominante de mão de obra não remunerada em uma área de estrutura social capitalista.

Segundo Clemente e Higachi (2000), atualmente o Brasil está dividido em 136 mesorregiões e 547 microrregiões. O Vale do Paraíba é uma das 15 mesorregiões do Estado de São Paulo e, dentro dela, encontram-se seis microrregiões, como apresentado na Figura 2.



Figura 2 – Mapa da Mesorregião do Vale do Paraíba

Fonte: Vieira (2009)

De acordo com Vieira (2009), a divisão feita pelo IBGE procurou definir as microrregiões a partir de critérios de similaridade/homogeneidade, levando em conta paisagens naturais e culturais, questões socioeconômicas e definição de delimitação territorial do IBGE. Neste trabalho, o foco de estudo é a microrregião Paraibuna Paraitinga que está formada pelos municípios: Cunha, Jambuí, Lagoinha, Natividade da Serra, Paraibuna, Redenção da Serra e São Luís do Paraitinga. Essa microrregião pode ser melhor visualizada a partir da Figura 3.

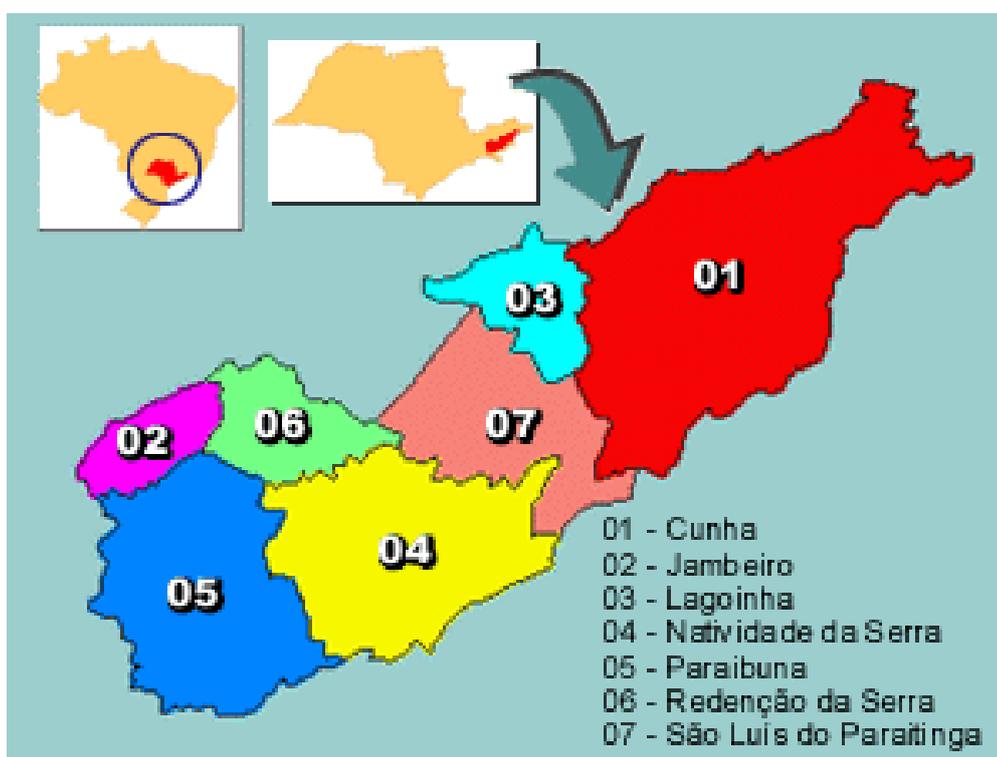


Figura 3 – A microrregião Paraibuna/Paraitinga e seus sete municípios

Fonte: Portal City Brasil (2016)

Cabe ressaltar que recentemente, no ano de 2011, o território paulista foi reorganizado a partir da institucionalização de regiões metropolitanas, a saber: Região Metropolitana de São Paulo, Aglomeração Urbana de Jundiaí e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Nesta última, estão incluídos os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte agrupa 39 municípios e soma, aproximadamente, 2,3 milhões de habitantes. Para sua organização, foram levados em conta fatores como características territoriais de inovação, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. Na Figura 4 é possível observar o mapa desta unidade regional.

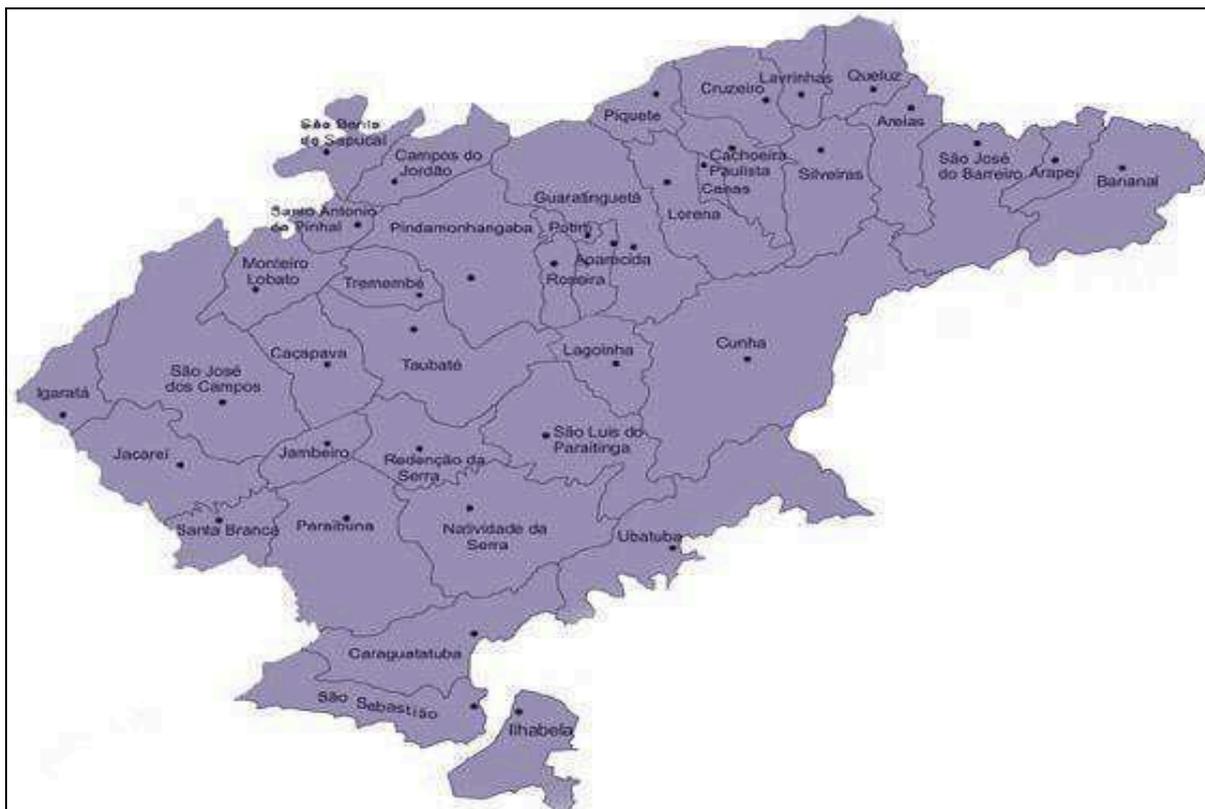


Figura 4 – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Fonte: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU (2016)

De acordo com a Empresa Paulista de Planejamento Metrorrolitano – EMTU (2012), a região foi criada a partir de estudos técnicos para a integração regional do Vale do Paraíba. Foi oficializada a partir do Projeto de Lei Complementar nº66/2011 e seu objetivo é possibilitar uma gestão compartilhada entre os municípios que integram as regiões metropolitanas institucionalizadas.

A partir desta organização regional, um Conselho de Desenvolvimento foi criado para a reflexão da região como um todo e para beneficiar a população destas localidades. Suas atribuições passam pelas deliberações sobre planejamento, projetos, programas, serviços e obras na região, estabelecimento de indicadores de desempenho, metas e prazos para se cumprirem os exercícios estabelecidos e demais atribuições de interesse comum e regional.

Como fator histórico, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte recebe importância especial. Nesta localidade, a cultura do café serviu de base para o desenvolvimento industrial do estado de São Paulo. Atualmente, o destaque está no petróleo, no gás, na produção de aviões, nas indústrias pesadas, no setor agropecuário e no turismo.

Quando se iniciou o processo para articulação da região, a proposta era alcançar melhores níveis de desenvolvimento regional, principalmente nos municípios de economia menos desenvolvida. O foco era a abertura de oportunidades para que todos integrassem o processo de desenvolvimento regional.

Ao ser caracterizada no Relatório da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte⁶, esta região é descrita como um espaço de produção industrial altamente desenvolvida, com predominância do setor automobilístico, aeronáutico, aeroespacial e bélico nos municípios localizados no eixo da Rodovia Dutra. As atividades portuárias e petroleiras se destacam no Litoral Norte e o turismo se destaca na Serra da Mantiqueira, no litoral e nas cidades históricas.

A região metropolitana ainda se caracteriza por importantes reservas naturais como Serra da Mantiqueira, a Serra da Bocaina, a Serra do Mar e as fazendas de valores históricos e arquitetônicos. Também é descrita como a segunda maior produtora de leite do país, atividade que atende grande parte da população rural nos pequenos municípios.

2.4 A análise SWOT

Segundo Ferreira et al. (1997), o gestor contemporâneo é frequentemente desafiado a prever mudanças e se antecipar a elas. O ambiente organizacional é caracterizado como um cenário de incertezas e, portanto, necessitam de planejamentos e estratégias preestabelecidas. Neste contexto, em se tratando de planejamento, Terrence (2002, p. 22) expõe:

O planejamento tem sido um tema amplamente divulgado e utilizado nas organizações. A literatura trata o planejamento como uma das tarefas mais importantes de um administrador, que pressupõe: escolher um destino, avaliar os caminhos alternativos e decidir o rumo específico para o alcance do destino escolhido. Porém, faz-se necessário entender o conceito de planejamento e sua evolução no ambiente das organizações.

De acordo com Megginson et al. (1986), o planejamento pode ser conceituado como um programa de realização de objetivos e metas organizacionais que prevê a escolha de um plano de ação, a decisão sobre o que deve ser feito e a determinação de prazo para que ações

⁶ Disponível em < http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf> Acesso em 20 Nov. 2015

previstas sejam realizadas. O planejamento pretende atingir ações efetivas a partir da capacidade da gestão em prever e se preparar para as mudanças que afetam objetivos organizacionais.

Stoner e Freeman (1995) colocam que o planejamento apresenta dois aspectos cruciais para as organizações – determinação de objetivos e escolha de meios para alcançá-los. Ambos os aspectos estão baseados em métodos, planos e lógica. Para Kotler e Armstrong (1993), dentre os benefícios que o planejamento poderá trazer para uma organização estão: pensamento sistemático sobre o futuro, melhoria na definição de políticas e objetivos, definição de recursos necessários para cumprimento de objetivos, foco em objetivos e procedimentos, desenvolvimento de padrões de desempenho mais fáceis de serem controlados e adoção de ações corretivas para resultados insatisfatórios.

Em se tratando do planejamento como uma estratégia, Terrence (2002) aborda este mecanismo como um processo gerencial que examina as principais questões organizacionais ao considerar fatores do ambiente interno e externo. O planejamento estratégico determina um rumo amplo e generalizado para a organização. De forma geral, não é algo feito para ações pontuais, mas sim para questões de longo prazo.

(...) para se ter uma organização que olhe para o futuro, que aproveite oportunidades, que se previna de ameaças e que procure se manter ativa e próspera num mundo globalizado, modificável a todo momento, é necessário haver um planejamento estratégico sério, ativo, contínuo e criativo. Caso contrário, a administração estará apenas reagindo ao seu ambiente (TERRENCE, 2002, p. 34).

Chiavenato (2000) indica que uma das técnicas para alavancar objetivos propostos pelo planejamento estratégico é a análise SWOT. De acordo com Tarapanoff (2001), essa sigla se refere às palavras ‘strengths’ (forças); ‘weaknesses’ (fraquezas); ‘opportunities’ (oportunidades) e ‘threats’ (ameaças).

Segundo Andrade et al. (2008), as palavras que integram as iniciais de SWOT (strength, weakness, opportunity e threat) são originárias do idioma inglês. Seus significados indicam que esta análise procura avaliar pontos fortes e fracos no ambiente interno da organização e oportunidades e ameaças no ambiente externo à organização.

Segundo Rodrigues et. al (2005), a análise SWOT foi criada por Kenneth Andrews e Roland Cristensen, ambos professores da Harvard Business School. Após sua criação, se tornou um recurso

aplicado pelo setor acadêmico nos estudos acerca da competitividade de uma organização segundo a inventariação entre as variáveis: forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Daychouw (2007) defende que a análise SWOT é uma ferramenta analítica para cenários e ambientes e é utilizada com base para a gestão e para planejamento estratégico de organizações. É um sistema relativamente simples para se posicionar ou verificar a posição estratégica de uma organização no ambiente em que atua.

Para Chiavenato e Sapiro (2003), a função da análise SWOT é cruzar oportunidades e ameaças externas à organização com seus pontos fortes e fracos. A avaliação realizada nesta técnica é uma ferramenta importante para atingir uma gestão estratégica competitiva. A partir da relação entre as oportunidades e as ameaças presentes no ambiente externo e as forças e fraquezas do ambiente interno, pretende-se verificar indicadores sobre a situação organizacional. A Figura 5 retrata esta dinâmica.

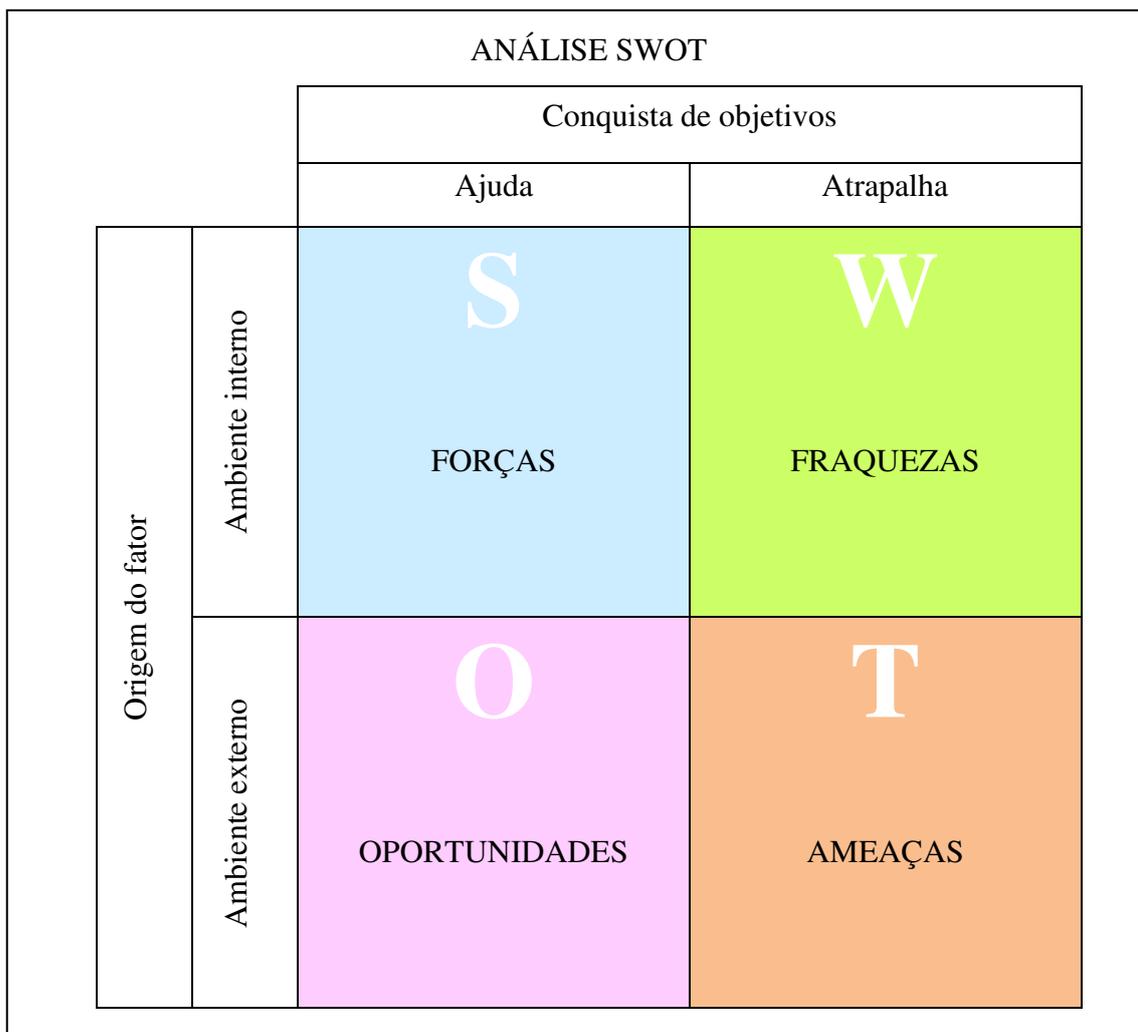


Figura 5 – Matriz SWOT
Fonte: Adaptada Silva et al. (2011)

No que diz respeito às forças, Matos et al. (2007) argumenta que estes são caracterizados como recursos e habilidades dos quais uma organização dispõe para explorar suas oportunidades e lidar com potenciais ameaças externas. Em complemento, Rezende (2008) indica que as forças da organização se configuram como variáveis internas e controláveis que permitem a criação de condições favoráveis para uma organização em relação ao seu ambiente.

Com relação aos pontos fracos, Matos et al. (2005) descrevem-nos como deficiências inibidoras da capacidade de desempenho de uma organização. De acordo com Martins (2007), as fraquezas são condições internas desfavoráveis que necessitam ser controladas pela organização e superadas para evitar maiores agravantes futuros.

Quanto à análise de fatores externos, Cobra (2003) sintetiza que este ambiente está imbuído de um conjunto de forças macro ambiental (que englobam questões econômicas, demográficas, políticas, legais, tecnológicas, sociais e culturais); e de um conjunto de forças micro ambiental (que englobam variáveis mais próximas à organização), que são utilizadas para identificar oportunidades e ameaças para a organização.

Segundo Ferrell e Hartline (2009) as ameaças e oportunidades existem fora da organização e não dependem das forças e fraquezas organizacionais. Ainda assim, tem o poder de influenciar o ambiente interno e, por isso, devem ser identificadas de modo que se aproveitem as oportunidades e que se minimizem as ameaças.

De acordo com Callaes et al. (2006), as oportunidades se definem como situações, tendências ou fenômenos externos que tem o poder de contribuir com o alcance de objetivos pré estabelecidos. Para Rezende (2008), são variáveis não controláveis pela organização e que tem o potencial de criar condições favoráveis quando se tem o interesse de utilizá-las.

Em contrapartida, Callaes et al. (2006) expõem as ameaças como situações, tendências ou fenômenos externos não controláveis e capazes de prejudicar a execução de objetivos organizacionais. Martins (2007) indica que para evitá-las é necessário analisar seus graus de possibilidade de ocorrência e seus níveis de gravidade.

Yanaze (2007) coloca que a constatação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças originam-se de resultados de análise combinada, onde as condições do ambiente interno devem se confrontar com as condições do ambiente externo. Dessa maneira, a função da

SWOT está ligada a compreensão de fatores que influenciam iniciativas organizacionais e, a partir do resultado, guiar a organização na elaboração de novas estratégias.

Neste trabalho, a matriz SWOT será utilizada com a intenção de analisar as ameaças, oportunidades, forças e fraquezas dos aspectos do desenvolvimento de indicadores econômicos, políticos, sociais e ambientais na microrregião Paraibuna/Paraitinga.

3 MÉTODO

A presente pesquisa assume caráter qualitativo ao descrever a complexidade de determinado problema a partir da compreensão e classificação dos processos dinâmicos vividos nos grupos e o entendimento das mais variadas particularidades de indivíduos (DIEHL, 2004). Em paralelo, assume caráter quantitativo ao identificar a existência ou não de relação entre variáveis privilegiadas. Ademais, sua metodologia é descritiva, considerando que investiga eventos, atitudes ou situações manifestas em determinada população (LIMA, 2008).

O universo de estudo é a microrregião Paraibuna/Paraitinga, que será analisada sob os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais de seu desenvolvimento nos anos de 2000 e 2010. Estes anos foram escolhidos pela riqueza de informações disponíveis nos sistemas de dados e advém, principalmente, dos censos realizados em períodos de dez em dez anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Para avaliar os diversos aspectos do desenvolvimento, foram analisados indicadores referentes a características territoriais, econômicas, sociais, ambientais e políticas da microrregião Paraibuna/Paraitinga. Para fins comparativos, também foram apresentados indicadores do Estado de São Paulo e, quando disponibilizados, indicadores da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (onde está inserida a microrregião). Nesta seção, todos os indicadores utilizados na pesquisa estão citados e descritos em tópicos.

Para a caracterização territorial da microrregião Paraibuna/Paraitinga, os primeiros indicadores apresentados nos resultados da pesquisa foram coletados no sítio eletrônico da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. E referem-se aos dados sobre:

- População total/ População por faixas etárias: total de população verificada pelo IBGE a partir de Censos Demográficos;
- Grau de urbanização: percentual de população urbana em relação à população total verificada.
- A análise econômica seguiu consultando dados da Fundação SEADE e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA. Para tanto, foram analisados indicadores referentes à:

- Produto Interno Bruto – PIB: total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos;
- Participação dos setores econômicos adicionados ao produto e renda: percentual do valor adicionado pela agropecuária, indústria e serviços no total do valor adicionado da agregação geográfica;
- Empregos formais: vínculo empregatício ativo em 31 de dezembro de cada ano, de acordo com informações fornecidas pelos contratantes a partir da elaboração do Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM. Tal vínculo é caracterizado como a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano base e se estabelece com o trabalho remunerado com submissão hierárquica do empregador e horário pré-estabelecido por este;
- Percentual de empregabilidade da população entre 15 e 65 anos: relação entre o total de empregos formais e a população em idade ativa.

A pesquisa seguiu com a análise de indicadores sociais, ambientais e a partir da coleta de dados sobre condições de vida, desenvolvimento humano e preservação ambiental. Os dados foram disponibilizados pela Fundação SEADE, pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil e pelos Relatórios Dinâmicos do PNUD e se apresentam como:

- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal: indicador que sintetiza três aspectos do desenvolvimento humano: vida longa e saudável, acesso a conhecimento e padrão de vida traduzidos nas dimensões de longevidade, educação e renda. Quanto mais próximos de 1, maior o desenvolvimento humano no município;
- Objetivos do Milênio: indicador de ações específicas de combate à fome e à pobreza associadas à implantação de políticas de saúde, saneamento, educação, habitação, promoção da igualdade de gênero e meio ambiente;
- Percentual de população extremamente pobre: indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. Estes indivíduos são aqueles que vivem em domicílios particulares permanentes;
- Taxa de analfabetismo em população com mais de 15 anos: consideram-se analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declaram não serem capazes de ler e escrever ou

que aprenderam a ler e escrever, mas que esqueceram. Também se incluem as pessoas que assinavam o próprio nome e as pessoas que eram capazes de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecem.

- Percentual de conclusão dos ensinos fundamental, médio e superior por faixas etárias: razão entre a população de 15 a 17 anos que concluiu o ensino fundamental em qualquer de suas modalidades (regular, não regular, EJA e supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária; razão entre a população de 18 e 24 anos que concluiu o ensino médio em qualquer de suas modalidades (regular, não regular, EJA, supletivo) e o total de pessoas nesta faixa etária; e a razão entre a população de 25 anos ou mais que concluiu pelo menos uma graduação de ensino superior e o total de pessoas nesta faixa etária.
- Percentual de pessoas em domicílio com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados: razão entre pessoas que vivem em domicílio cujo abastecimento de água não provém de rede geral e cujo esgotamento sanitário não é realizado por rede coletora de esgoto ou fossa séptica.

Quanto à análise de políticas em prol do desenvolvimento, foram contatadas por correio eletrônico (*e-mail*) as Secretarias de Planejamento das prefeituras municipais dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga no período entre julho e novembro de 2015 com o objetivo de encontrar resposta para a seguinte questão: quais políticas em prol do desenvolvimento o município apresentou entre a década de 2000 até os dias atuais? A partir das respostas foi elaborado o Quadro 2 na página 71.

Após a apresentação e análise de todos os indicadores, os resultados foram interpretados e enquadrados em uma matriz SWOT que agrupo os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças relacionadas ao desenvolvimento da microrregião Paraibuna/Paraitinga nas dimensões: social, econômica, política e ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Características territoriais da microrregião Paraibuna/Paraitinga

A microrregião Paraibuna/Paraitinga é constituída por pequenos municípios localizados ao redor da represa formada pelos rios Paraibuna e Paraitinga, que dão origem ao rio Paraíba do Sul (VIEIRA, 2009). Esta região está situada entre o eixo que liga São Paulo ao Rio de Janeiro e faz divisa a noroeste com municípios cortados pela Rodovia Presidente Dutra. Sua área total possui aproximadamente 4.406 km² e as principais estradas que cortam esta região são: Rodovia dos Tamoios, a Rodovia Oswaldo Cruz e a Rodovia Paulo Virgínio, que ligam o interior do Vale ao litoral (CAMARINHA ET. AL, 2013).

Uma característica importante da região é a presença da Represa de Paraibuna na porção sudoeste, que é responsável pelo controle de vazão do Rio Paraíba do Sul. As elevações do relevo na região variam entre 500 metros e 1.700 metros, o que contribui para as várias afluentes do Rio Paraitinga e formam a Serra do Quebra-Cangalha (CAMARINHA ET. AL, 2013).

A Represa de Paraibuna é um grande reservatório com aproximadamente 5 bilhões de m³ de água, numa extensão de 760 km. É formada pelo represamento das águas do Rio Paraitinga e Paraibuna e a sua principal função é regular a vazão de água do Rio Paraíba do Sul, mas, também é utilizada para a geração de energia elétrica. Construída na década de 1970, suas águas são consideradas de tipo 1, ou seja, não apresentam nenhum tipo de poluente. No referendo da Eco 92⁷, ganhou título de a represa mais bem conservada ecologicamente no Brasil⁸.

Quanto a sua população, a caracterização de sua distribuição entre os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010 pode ser observada na Tabela 1.

⁷ Conferência da Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável ocorrida no ano de 1992 no Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

⁸ Os dados sobre a Represa de Paraibuna estão disponibilizados no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Paraibuna.

Tabela 1 – Caracterização territorial da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos 2000 e 2010

Localidade	População total			Grau de Urbanização		
	2000	2010	Variação do período	2000	2010	Variação do período
Cunha	23.093	21.876	- 5,26%	48,22%	55,65%	+7,43%
Jambeiro	3.985	6.680	+40,34%	48,46%	47,88%	-0,58%
Lagoinha	4.954	4.842	-2,26%	58,03%	64,83%	+6,80%
Natividade da Serra	6.947	6.680	-3,84%	41,04%	41,75%	+0,71%
Paraibuna	16.988	17.385	+2,33%	31,13%	30,15%	-0,98%
Redenção da Serra	4.047	3.784	-6,49%	40,20%	57,15%	+16,95%
São Luís do Paraitinga	10.424	10.397	-0,25%	58,92%	59,44%	+0,52%
Total da Microrregião	70.438	71.626	+1,68%	46,57%	50,97%	+4,40%
Estado de São Paulo	36.974.378	41.223.683	+11,49%	93,41%	95,94%	+2,53%

Fonte: SEADE (2015)

Observando a Tabela 1, quanto à população, Cunha aparece como o município mais populoso da microrregião, seguido por Paraibuna e São Luís do Paraitinga. Jambeiro, Lagoinha, Natividade da Serra e Redenção da Serra são aqueles que apresentam menor número de habitantes, atingindo população total inferior a 10.000 habitantes no ano de 2010.

Nota-se que entre o ano de 2000 e 2010, Jambeiro foi o município que apresentou a maior variação populacional positiva (40,34%) e Redenção da Serra foi o que apresentou a maior variação negativa do período (-6,49%). Em geral, a maioria dos demais municípios apresentou queda em sua população total durante a década de 2000. Diferentemente, o Estado de São Paulo teve variação positiva de 11,49%.

Com relação ao grau de urbanização, o município com maior concentração de população na área urbana é Lagoinha, seguido por São Luís do Paraitinga. Ao contrário, Paraibuna, Natividade da Serra e Jambeiro reúnem a maior parte de sua população concentrada na zona rural. Comparado ao Estado de São Paulo, os municípios apresentam uma configuração distinta do padrão estadual em relação aos graus de urbanização. Em 2010, a microrregião reunia 50,97% de sua população em zona urbana, enquanto a média estadual foi estipulada em 95,94%.

Em particular, os municípios de Jambuí e Paraibuna aumentaram o número de habitantes que ocupavam a zona rural entre os anos de 2000 e 2010, desviando-se dos padrões observados na microrregião e no Estado de São Paulo.

Na próxima tabela será analisada como está composta a população total dos municípios. Os dados mostram os percentuais de população com menos de 15 anos, entre 15 e 65 anos e com 60 anos ou mais nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 2 – Características da população da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010

Localidade	2000			2010		
	Menores de 15 anos	Entre 15 e 60 anos	Com 60 anos ou mais	Menores de 15 anos	Entre 15 e 60 anos	Com 60 anos ou mais
Cunha	30,10%	60,32%	9,58%	22,44%	63,68%	13,88%
Jambuí	28,8%	61,06%	10,14%	22,98%	65,16%	11,86%
Lagoinha	27,45%	59,11%	13,44%	20,71%	61,47%	17,82%
Natividade da Serra	28,67%	57,94%	13,39%	21,90%	60,94%	17,16%
Paraibuna	29,96%	60,55%	9,49%	23,03%	64,01%	12,96%
Redenção da Serra	27,58%	59,32%	13,10%	23,39%	61,54%	15,07%
São Luís do Paraitinga	27,02%	60,88%	12,10%	20,51%	64,14%	15,35%
Média da Microrregião	28,51%	59,88%	11,60%	22,13%	62,99%	14,87%
Estado de São Paulo	26,31%	64,73%	8,96%	21,47%	66,96%	11,57%

Fonte: SEADE (2015)

A Tabela 2 demonstra que a população dos municípios está envelhecendo ao longo dos anos. O percentual de população de indivíduos com 60 anos ou mais subiu entre 2000 e 2010. Em contrapartida, a população com idade inferior a 15 anos apresentou queda entre o mesmo período.

O aumento no percentual de idosos muitas vezes está aliado a maiores taxas de longevidade e aos avanços na área da medicina e da qualidade de vida da população. Com relação à redução da população menor de 15 anos, é possível que este fenômeno esteja ligado a menores taxas de fecundidade aliadas ao aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, aos processos de urbanização, de industrialização e da expansão da escolaridade da população.

Quando comparado aos resultados do Estado de São Paulo, observa-se que a microrregião apresenta menor percentual de população entre 15 e 65 anos. Isso demonstra a existência de um menor número de pessoas em idade econômica ativa. Em contrapartida, apresenta percentuais mais elevados de população menor de 15 anos e de população maior de 65 anos. No caso do envelhecimento da população, este fenômeno traz conseqüências no âmbito econômico ao se pensar no impacto que a aposentadoria dos idosos gera para a manutenção e incremento da economia local.

4.2 Análise econômica da microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000

A análise econômica da microrregião Paraibuna/Paraitinga inicia-se com um estudo do PIB de seus municípios e perpassa pelo estudo de sua composição nos três setores da economia – agropecuário, industrial e de serviços. Abaixo, a Tabela 3 sintetiza dos dados sobre o primeiro indicador a ser analisado – PIB.

Tabela 3 – PIB (em valores constantes de 2000 e em milhões de reais) em 2000 e 2010

Localidade	2000	2010	Varição do período
Cunha	47.278,54	62.654,84	24,53%
Jambeiro	184.205,36	315.403,08	41,59%
Lagoinha	15.820,96	22.969,59	31,12%
Natividade da Serra	19.301,39	23.272,99	17,09%
Paraibuna	65.496,68	99.057,95	33,90%
Redenção da Serra	12.686,56	18.586,67	31,73%
São Luís do Paraitinga	33.138,56	39.929,70	17,00%
Microrregião Paraibuna/Paraitinga	377.528,35	581.874,82	54,12%
Estado de São Paulo	886.359.585	1.247.595.927	28,95%

Fonte: IPEA (2015)

Observa-se que, entre os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga, Jambeiro é o que apresenta os maiores valores de PIB, bem como a maior variação de crescimento do PIB durante entre os anos de 2000 e 2010. Paraibuna é o município que apresenta os valores mais próximos aos de Jambeiro em relação ao PIB e, em contrapartida, o município de Redenção da Serra apresenta os menores resultados tanto em 2000 quanto em 2010.

Comparados ao resultado estadual, os municípios que obtiveram crescimento menor do que a proporção de crescimento do estado de São Paulo entre 2000 e 2010 foram: Cunha, Natividade da Serra e São Luís do Paraitinga.

A partir da análise da variação do PIB, percebe-se que entre os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga, Jambeiro é o município que mais cresceu economicamente do ano de 2000 para o ano de 2010. Em sequência, seguem os municípios de Paraibuna e de Redenção da Serra. Para explicar estes fenômenos, é necessário que se entenda como está composto o PIB dos municípios desta microrregião ao longo da década de 2000 e, para tanto, as Tabelas 4 e 5 demonstram as atividades dos setores agropecuários, industriais e de serviços nos anos de 2000 e 2010. Para fins de comparação, além dos resultados municipais também são apresentados os resultados médios do Estado de São Paulo, onde a microrregião está inserida.

Tabela 4 – Setores econômicos e seus percentuais de valores adicionados ao produto e renda no ano de 2000

Localidade	Agropecuária	Indústria	Serviços
Cunha	8,27%	15,66%	76,06%
Jambeiro	1,62%	74,57%	23,81%
Lagoinha	11,29%	26,92%	61,79%
Natividade da Serra	11,06%	13,50%	75,45%
Paraibuna	8,47%	32,35%	59,19%
Redenção da Serra	24,53%	12,47%	63,00%
São Luís do Paraitinga	9,60%	15,27%	75,16%
Microrregião	10,69%	27,24%	62,06%
Paraibuna/Paraitinga			
Estado de São Paulo	1,37%	31,53%	67,10%

Fonte: SEADE (2015)

Tabela 5 – Setores econômicos e seus percentuais de valores adicionados ao produto e renda no ano de 2010

Localidade	Agropecuária	Varição	Indústria	Varição	Serviços	Varição
Cunha	13,44%	+5,17%	11,74%	-3,92%	74,82%	-1,24%
Jambeiro	2,16%	+0,54%	74,90%	+0,33%	22,93%	-0,88%
Lagoinha	18,90%	+7,61%	20,61%	-6,01%	60,50%	-1,29%
Natividade da Serra	17,94%	+6,88%	10,95%	-2,55%	71,12%	-4,33%
Paraibuna	14,10%	+5,63%	30,50%	-1,85%	55,41%	-3,78%
Redenção da Serra	23,06%	-1,47%	9,78%	-2,69%	67,16%	+4,16%
São Luís do Paraitinga	13,59%	+3,99%	13,02%	-2,25%	73,39%	-2,77%
Microrregião	14,74%	+4,05%	24,50%	-2,74%	60,76%	-1,29%
Paraibuna/Paraitinga						
Estado de São Paulo	1,87%	+0,50%	29,08%	-2,45%	69,05%	+1,95%

Fonte: SEADE (2015)

No setor agropecuário observa-se crescimento positivo na maioria dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga. O município de Redenção da Serra foi o único a apresentar queda neste setor entre os anos de 2000 e 2010. Ainda assim, Redenção da Serra é

o município que apresenta maior percentual adicionado ao produto e renda em agropecuária, seguido por Lagoinha e Natividade da Serra. De acordo com dados do IBGE Cidades⁹, estes três municípios apresentam atividade pecuária ligada à criação de bovinos, aves e produção leiteira. Redenção da Serra, em particular, destacou-se no setor agrícola de produção de banana em 2010.

Quanto aos demais municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga concentram suas atividades pecuárias na criação de rebanhos bovinos, criação de aves granjeiras e produção leiteira. Em particular, Jambeiro apresenta atividades ligadas à criação de suínos e Cunha se destaca pela prática da apicultura e produção de mel. Quanto às atividades agrícolas, em sua maioria apresentam caráter de subsistência, salvo Paraibuna, que se destacou pela produção de banana e laranja em 2010.

Comparados ao percentual do setor agropecuário do Estado de São Paulo, os percentuais dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga apresentam configuração distinta da média estadual. Em 2010, o valor estadual adicionado ao produto e renda pela agropecuária era de 1,87%, enquanto na maioria dos municípios esse percentual ficou superior a 10%. Jambeiro foi o município que mais se aproximou ao percentual estadual, apresentando percentual de 2,16% em 2010.

Em relação ao setor industrial, foi observado nas tabelas que, comparado aos demais municípios, o setor industrial do município de Jambeiro é o mais intenso entre os demais municípios da microrregião, superando a média do Estado de São Paulo nos anos de 2000 e 2010. Da mesma forma, Paraibuna também apresentou percentuais maiores do que os estaduais entre os anos analisados. Entre 2000 e 2010 percebeu-se que assim como o Estado de São Paulo, a maioria dos municípios apresentou queda no setor industrial, salvo Jambeiro, que apresentou percentual positivo de 0,33%.

No caso de Jambeiro, este fator industrial pode ser explicado pela instalação de um distrito industrial na proximidade com a Rodovia dos Tamoios no início da década de 1990. O objetivo era promover o desenvolvimento local a partir da criação de empregos, geração de renda e demais fatores derivados da instalação industrial. Atualmente, o distrito industrial reúne empresas atuantes nas áreas de metalurgia, caldeiraria, usinagem, eletrônica, cosmética,

⁹ Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br> > Acesso em 10 Fev. 2016.

produção de componentes industriais, iluminação, engenharia, sistemas informáticos, entre outras.

Em geral, no que tange ao setor industrial, a caracterização da microrregião Paraibuna/Paraitinga não segue o padrão da Região Metropolitana na qual está inserida. Suas atividades industriais são menos intensas, este fato pode ser explicado pelo baixo interesse em investimento de capital dado o baixo retorno de recursos aplicados em pequenos municípios.

No que diz respeito aos percentuais adicionados pelo setor de serviços, ao longo da década de 2000 a maioria dos municípios apresentaram redução em seus valores, salvo Redenção da Serra, que aumentou seu percentual em 4,16%. Em 2010, Jambeiro era o município que exibia o menor percentual no setor de serviços (22,93%) e Cunha o maior (76,06%), superando o percentual do Estado de São Paulo (69,05%).

Ainda sobre o setor de serviços, nos últimos anos alguns municípios como Jambeiro e Paraibuna têm se desenvolvido no turismo de esportes radicais, como *moutain bike* e *trekking*. Pela proximidade com a Rodovia dos Tamoios, os municípios atraem comércios ligados a alimentação e artesanatos localizados nas margens da rodovia de acesso ao litoral norte do estado. Em Paraibuna, a represa contribui para a prática de esportes náuticos como regatas, velas, canoagem, passeios de lancha, *jet-sky* e pesca esportiva, fato que contribui para os setores relacionados a lazer e alimentação.

Como uma nova oportunidade para o desenvolvimento das atividades econômicas nestes municípios, cabe ressaltar que a Rodovia dos Tamoios – localizada a 260 km de São Paulo, fazendo ligação entre os municípios de São José dos Campos e Caraguatatuba e atravessando os municípios de Jambeiro e Paraibuna, está sofrendo duplicação para aumento de sua capacidade viária e melhoria no seu nível de serviço. Entretanto, como potencial ameaça para a região está a seca da represa de Paraibuna. Desde 2010, o reservatório trabalha com o volume de água reduzido, fato que atinge atividades ligadas ao turismo náutico e as atividades pesqueiras.

Na região de Cunha, o setor de serviços está impulsionado pelas atividades relacionadas ao artesanato, ecoturismo, turismo histórico e gastronomia. Há alguns anos, o município se consolidou como um importante polo de arte cerâmica do Brasil e da América do Sul, caracterizado pela diversidade técnica e estética de sua produção, o que lhe conferiu a denominação “cerâmica de autor”.

Em complemento, para avaliar como os três setores econômicos estudados contribuem para com a geração de renda nas localidades, nas Tabelas 6 e 7 serão apresentados os números de empregos formais na agropecuária, indústria e serviços entre os anos de 2000 e 2010.

Tabela 6 – Número de empregos formais na agropecuária, indústrias e serviços nos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga em 2000

Localidade	Total de empregos formais	Emprego formal na agropecuária	Emprego formal na indústria	Emprego formal nos serviços	Outros setores
Cunha	751	185	65	379	122
Jambeiro	1.153	95	488	340	230
Lagoinha	250	20	10	180	40
Natividade da Serra	405	86	14	264	41
Paraibuna	2.665	331	255	1.892	187
Redenção da Serra	285	76	9	179	21
São Luís do Paraitinga	815	243	93	327	152

Fonte: Fundação SEADE (2015)

Tabela 7 – Número de empregos formais na agropecuária, indústrias e serviços nos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga em 2010

Localidade	Total de empregos formais	Emprego formal na agropecuária	Emprego formal na indústria	Emprego formal nos serviços	Outros setores
Cunha	1.710	512	112	774	312
Jambeiro	2.828	163	1.667	636	362
Lagoinha	716	142	21	388	165
Natividade da Serra	682	149	62	418	53
Paraibuna	2.799	376	275	1.781	367
Redenção da Serra	508	134	16	305	53
São Luís do Paraitinga	1.474	372	119	717	266

Fonte: Fundação SEADE (2015)

Todos os municípios da microrregião apresentaram aumento no número de emprego formal quando se observam os resultados de 2000 e 2010. Em geral, os municípios empregam a maior parte de seus trabalhadores formais no setor de serviços. Em particular, Jambeiro é o único município que tem sua base de empregos formais no setor industrial. Esse fato está atrelado, principalmente, a presença do distrito industrial que reúne um grupo variado de indústrias no município.

Em perspectiva geral, o número de empregos cresceu com maior intensidade no município de Jambeiro. Consequentemente, este foi o município que mais ampliou sua população total e valor de seu PIB entre os anos de 2000 e 2010. Na mesma linha, segue o município de Paraibuna.

Para analisar como estão dispostos os empregos formais nos municípios da microrregião, a Tabela 8 demonstra indicadores de ocupação da população entre 15 e 65 anos nestas localidades.

Tabela 8 – Percentual de ocupação da população entre 15 e 65 anos em 2000 e 2010

Localidade	2000	2010
Cunha	5%	11%
Jambeiro	44%	76%
Lagoinha	7%	22%
Natividade da Serra	9%	15%
Paraibuna	24%	23%
Redenção da Serra	11%	19%
São Luís do Paraitinga	12%	20%
Microrregião Paraibuna/Paraitinga	16%	26%
Estado de São Paulo	32%	44%

Fonte: SEADE (2015)

Os dados da Tabela 8 permitem analisar que, em geral, o percentual de ocupação entre a população de 15 a 65 anos na maioria dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga é baixo. A maioria dos municípios apresenta percentuais inferiores ao percentual de empregabilidade do Estado de São Paulo nos anos analisados. Cunha manteve-se com os mais baixos percentuais nos anos de 2000 e 2010. Em contrapartida, o município de Jambeiro superou as médias estaduais e atingiu níveis mais altos de empregabilidade nos anos 2000 e 2010.

4.3 Análise do desenvolvimento humano, ambiental e político da microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000

Para analisar o desenvolvimento humano da microrregião, as Tabelas abaixo agrupam os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de cada município. Além disso, analisa a posição dos municípios no ranking dos municípios do estado de São Paulo e coloca, separadamente, cada um dos componentes que integram o índice – renda, educação e longevidade.

Tabela 9 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no ano de 2000

Município	Ranking de municípios paulistas	IDHM	IDHM/ Renda	IDHM/ Educação	IDHM/ Longevidade
Cunha	630°	0,543	0,582	0,344	0,798
Jambeiro	310°	0,645	0,673	0,467	0,852
Lagoinha	586°	0,583	0,612	0,448	0,723
Natividade da Serra	642°	0,497	0,603	0,262	0,779
Paraibuna	439°	0,623	0,661	0,467	0,782
Redenção da Serra	626°	0,552	0,597	0,362	0,779
São Luís do Paraitinga	602°	0,575	0,652	0,391	0,745
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	-	0,701	0,732	0,592	0,796
Estado de São Paulo	-	0,702	0,756	0,581	0,786
Brasil	-	0,612	0,692	0,456	0,727

Fonte: SEADE (2015)

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal no ano de 2010

Município	Ranking de municípios paulistas	IDHM	IDHM/ Renda	IDHM/ Educação	IDHM/ Longevidade
Cunha	617°	0,684	0,672	0,576	0,826
Jambeiro	188°	0,756	0,727	0,690	0,860
Lagoinha	603°	0,693	0,686	0,609	0,797
Natividade da Serra	642°	0,655	0,664	0,520	0,814
Paraibuna	476°	0,719	0,709	0,642	0,815
Redenção da Serra	641°	0,657	0,633	0,560	0,799
São Luís do Paraitinga	590°	0,697	0,691	0,593	0,826
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	-	0,781	0,765	0,732	0,851
Estado de São Paulo	-	0,783	0,789	0,719	0,845
Brasil	-	0,727	0,739	0,637	0,816

Fonte: SEADE (2015)

Analisando as Tabelas 9 e 10, percebe-se que os municípios de Cunha, Jambeiro e São Luís do Paraitinga subiram posições no ranking dos municípios paulistas. O destaque é para Jambeiro, que avançou 122 posições no ranking. Entretanto, os municípios de Lagoinha, Paraibuna e Redenção da Serra caíram nas posições do ranking, sendo que Paraibuna perdeu 37 posições ao longo da década avaliada. Natividade da Serra permaneceu na mesma posição ao longo do período.

Para que a análise do ranking seja mais completa, cabe salientar que o estado de São Paulo é subdividido em 645 municípios. A partir desta informação, observa-se que no ano de 2010, os municípios de Cunha, Lagoinha, Natividade da Serra e Redenção da Serra ocuparam,

respectivamente, as colocações 617º, 603º, 642º e 641º. Esse resultado mostra que estes municípios apresentam um indicador de desenvolvimento humano muito inferior aos diversos outros municípios que integram o território paulista.

Quanto ao IDHM, no ano de 2000 os municípios variaram seus resultados entre 0,497 em Natividade da Serra e 0,645 em Jambeiro. Em geral, isso caracterizou o desenvolvimento local entre baixo e mediano neste ano. Ainda assim, nenhuma das localidades atingiu a média do IDHM paulista e da Região Metropolitana da qual faz parte. Comparado a nível Brasil, somente o município de Jambeiro superou o valor do IDH total do país. Em 2010 os indicadores sofrem aumento, porém mantém indicadores inferiores a região, ao estado e ao país, sendo que Jambeiro é o único município a manter um IDHM superior ao IDH nível Brasil.

Quando se analisam as variáveis de maneira individual, percebe-se que o fator renda variou entre 0,582 (Cunha) e 0,673 (Jambeiro), atingindo desenvolvimento em grau mediano em 2000. Comparado a nível regional, estadual e nacional, nenhum dos municípios da microrregião atingiu as médias da Região Metropolitana, Estado de São Paulo e Brasil. Em 2010, apesar do avanço nos indicadores, os municípios mantêm índices inferiores aos índices regional, estadual e nacional.

No conceito educação, percebem-se os menores resultados entre as demais variáveis. Em 2000, os resultados variaram entre 0,262 (Natividade da Serra) e 0,467 (Jambeiro), atingindo baixo grau de desenvolvimento. Em 2010, todos os municípios da microrregião apresentaram índices inferiores aos índices da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo. Quando comparados a nível Brasil, somente os municípios de Jambeiro e Paraibuna apresentam índices de educação superiores no ano de 2010.

No conceito longevidade, no ano de 2000, os municípios da microrregião apresentavam, em sua maioria, indicadores superiores ao indicador de nível Brasil. Entretanto, em 2010, somente os municípios de Cunha, Jambeiro e São Luís do Paraitinga conseguiram manter melhores indicadores de longevidade em relação ao nível Brasil. Neste mesmo ano, somente o município de Jambeiro apresentou resultados melhores do que os indicadores da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo.

No ano de 2010, todos os municípios da microrregião avançaram em seus IDHM. Neste ano, os municípios variam seus índices entre 0,655 (Natividade da Serra) e 0,756

(Jambeiro), apresentando desenvolvimento mediano. Ainda assim, todos os municípios configuram desenvolvimento inferior à média da Região Metropolitana e do Estado de São Paulo. Quando comparados a nível Brasil, somente os municípios de Jambeiro e Paraibuna apresentaram indicadores superiores neste conceito.

Quanto aos fatores que compõe o IDHM, no que diz respeito à renda os resultados variam entre 0,633 (Redenção da Serra) e 0,727 (Jambeiro), apresentando médio desenvolvimento em 2010. No conceito longevidade, é seguido o padrão de 2000 e a variação fica entre 0,797 (Lagoinha) e 0,860 (Jambeiro), apresentando desenvolvimento entre médio e alto. A educação continua apresentando menores índices, que variam entre 0,520 (Natividade da Serra) e 0,690 (Jambeiro), atingindo índice de desenvolvimento médio. Mais uma vez, os resultados dos municípios estão abaixo das médias estaduais, salvo Jambeiro que apresenta longevidade superior a média de São Paulo.

Para avaliar com maior profundidade as questões sociais da localidade estudada, a partir da consulta dos Relatórios Dinâmicos fornecidos pelo Portal dos Objetivos do Milênio foi possível visualizar quais as metas atingidas e não atingidas pelos municípios da microrregião em relação aos oito Objetivos do Milênio estipulados pelo PNUD. Para tanto, o Quadro 1 sintetiza os resultados.

Quadro 1 – Análise do cumprimento dos Objetivos do Milênio na microrregião Paraibuna/Paraitinga em 2010

Município	Meta 1	Meta 2	Meta 3	Meta 4	Meta 5	Meta 6	Meta 7	Meta 8 ¹⁰
Cunha								-
Jambeiro								-
Lagoinha								-
Paraibuna								-
Natividade da Serra								-
Redenção da Serra								-
São Luís do Paraitinga								-

*Legenda: Os quadros em preto indicam o cumprimento da meta; os quadros em branco indicam que a meta ainda não tinha sido atingida no ano de 2010.

Para interpretação do Quadro 1 deve-se considerar:

Meta 1 - Reduzir pela metade, até 2015, a proporção de população com renda abaixo da linha da pobreza e da população que sofre de fome;

¹⁰ Os Relatórios Dinâmicos não forneceram resultados sobre a Meta 8 – Estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

- Meta 2 - Garantir que, até 2015, todas as crianças terminem o ensino fundamental;
- Meta 3 - Eliminar a disparidade entre os sexos no ensino fundamental e médio até 2015
- Meta 4 - Reduzir em dois terços, até 2015, a mortalidade das crianças menores de 5 anos;
- Meta 5 - Reduzir em três quartos, até 2015, a taxa de mortalidade materna;
- Meta 6 - Até 2015, ter detido e começado a reverter a propagação do HIV/AIDS, malária e outras doenças;
- Meta 7 - Reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso sustentável à água potável segura e da população sem acesso a saneamento e serviços essenciais.
- Meta 8 - Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

Com relação à erradicação da fome e da miséria na microrregião Paraibuna/Paraitinga, em 2010 ainda existiam percentuais de população vivendo em condições de indigência e pobreza. Este fator se agrava nos municípios de Natividade da Serra e Redenção da Serra, que neste mesmo ano apresentavam percentuais de população vivendo abaixo da linha de indigência e pobreza. A Tabela 11 demonstra indicadores sobre esta questão.

Tabela 11 – Percentual de população extremamente pobre nos anos 2000 e 2010

Município	2000	2010
Cunha	16,06%	3,96%
Jambeiro	4,57%	0,55%
Lagoinha	7,06%	2,57%
Natividade da Serra	6,80%	7,96%
Paraibuna	5,77%	2,48%
Redenção da Serra	12,51%	7,55%
São Luís do Paraitinga	5,08%	0,99%
RM Vale do Paraíba e Litoral		
Norte	3,30%	1,40%
Estado de São Paulo	2,42%	1,16%
Brasil	12,48%	6,62%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2015)

Neste ponto, observa-se que em 2000, Cunha apresentava o maior percentual de população extremamente pobre (16,06%), enquanto Jambeiro apresentava o menor resultado (4,57%). Nota-se que neste ano todos os municípios da microrregião apresentavam percentuais de população extremamente pobre superior aos percentuais do Estado de São Paulo e Região Metropolitana.

Em 2010, quase todos os municípios diminuíram o percentual de população vivendo na extrema pobreza, salvo Natividade da Serra, que passou de 6,80% em 2000 para 7,96% em

2010, adotando um percentual de extrema pobreza maior que o percentual Brasil. Em contrapartida, os municípios de Jambeiro e São Luís do Paraitinga foram os únicos que apresentaram percentuais de extrema pobreza inferiores as demais localidades analisadas, incluindo o Estado de São Paulo, a Região Metropolitana e o Brasil.

Quanto a educação, a partir da observação do Quadro 1 percebe-se que, até o ano de 2010, nenhum dos municípios da microrregião atingiu a meta estipulada pelos ODM. Este fato afirma o resultado já visto na análise do fator educação no IDHM, onde os indicadores apontam que nenhum dos municípios estudados atinge o coeficiente médio da educação no estado de São Paulo.

No ano de 2006, o Ministério da Educação, como providencia para melhorar a qualidade da educação, estabeleceu a implantação do ensino fundamental de 09 anos no Brasil. Dessa forma, a faixa etária do ensino fundamental passa a englobar os indivíduos de 06 a 14 anos. Ainda assim, em 2010 a microrregião ainda apresentava percentuais de crianças e adolescentes que não frequentavam a escola e que não finalizam o ensino fundamental.

Os desafios para a educação estão nas áreas de frequência escolar e na conclusão do ensino fundamental e médio. Além disso, também é comum a ocorrência de casos de distorção da idade série - fenômeno caracterizado pela diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série. Esse fator aumenta à medida que se avança nos níveis escolares.

No que diz respeito ao analfabetismo, a Tabela 12 mostra dados retirados da Fundação SEADE.

Tabela 12 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais nos anos 2000 e 2010

Município	2000	2010
Cunha	14,15%	10,52%
Jambeiro	12,68%	7,14%
Lagoinha	14,36%	10,50%
Natividade da Serra	20,65%	16,56%
Paraibuna	13,34%	9,22%
Redenção da Serra	14,88%	10,38%
São Luís do Paraitinga	15,63%	10,03%
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	5,81%	3,86%
Estado de São Paulo	6,64%	4,32%
Brasil	13,63%	9,61%

Fonte: SEADE (2015); Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2015)

Nota-se que ao longo da década de 2000 todos os municípios da microrregião reduziram os percentuais de analfabetos maiores de 15 anos. Em 2010, Jambeiro foi o município que apresentou o menor percentual (7,14%) e Natividade da Serra manteve o maior percentual de analfabetismo entre maiores de 15 anos (16,56%). Em comparação com percentuais a nível Estado de São Paulo e Região Metropolitana, os municípios apresentaram percentuais de analfabetismo superiores nos anos de 2000 e 2010. Em comparação com o nível Brasil, apenas os municípios de Jambeiro e Paraibuna apresentaram percentuais inferiores ao percentual nacional de analfabetismo no ano de 2010.

Com relação a percentuais da população que concluíram o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior, a Tabela 13 aponta estes números a partir de uma divisão por faixas etárias.

Tabela 13 – Percentuais de conclusão dos ensinos fundamental, médio e superior no ano de 2010

Município	% de 15 a 17 anos com fundamental completo	% de 18 a 24 anos com médio completo	% de 25 anos ou mais com superior completo
Cunha	67,74%	43,07%	7,45%
Jambeiro	67,19%	64,12%	8,18%
Lagoinha	72,80%	49,05%	6,12%
Natividade da Serra	63,11%	36,28%	4,39%
Paraibuna	70,86%	45,03%	7,39%
Redenção da Serra	60,17%	35,37%	2,98%
São Luís do Paraitinga	68,70%	51,35%	8,47%
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	72,44%	59,55%	14,04%
Estado de São Paulo	71,21%	57,89%	15,10%
Brasil	57,24%	47,47%	11,27%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2015)

A análise da Tabela 13 demonstra que à medida que se avança nos níveis de estudo, os percentuais caem em todas as localidades apresentadas. No que diz respeito ao ensino fundamental, os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga atingiram percentuais maiores que os níveis brasileiros. Entretanto, quando comparado com o Estado de São Paulo e com a Região Metropolitana, a maioria dos municípios apresenta percentuais inferiores na conclusão do ensino fundamental completo entre a população de 15 e 17 anos.

Quanto ao ensino médio, os municípios de Cunha, Natividade da Serra e Redenção da Serra apresentaram percentuais inferiores ao percentual Brasil. Quando comparados aos níveis do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana, todos os municípios demonstraram

percentuais inferiores na conclusão do ensino médio entre a população de 18 a 24 anos, salvo Jambeiro, que excede os percentuais de todas as demais localidades avaliadas.

Em se tratando da conclusão do ensino superior pela população de 25 anos ou mais, todos os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga apresentaram percentuais inferiores a Brasil, Estado de São Paulo e Região Metropolitana, fato demonstra a menor percentual de especialização da mão de obra local.

Ainda no que diz respeito à educação, os Relatórios Dinâmicos dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga apontam que em 2010 as mulheres apresentam mais anos de escolaridade do que a população masculina. Entretanto, em relação à inserção no mercado de trabalho, há menor representação do público feminino. Na política, a participação feminina também é muito restrita e há pequena representação de mulheres nas Câmaras de Vereadores. Dessa forma, nota-se que, em 2010, a microrregião ainda apresentava disparidade entre a população feminina e masculina dentro de seu território.

Mudando de setor, no que diz respeito a saúde, em 2010 os municípios cumpriram a meta para a redução da mortalidade materna. Entretanto, este indicador considera o número de mortalidade materna a cada 100 mil nascidos vivos e, nestas localidades, o número de nascimentos é muito reduzido em virtude do total populacional. Por isso, este indicador pode sofrer distorções em pequenos municípios.

Ainda sobre gestantes, o agravante está no fator idade. Observa-se, por exemplo, que nos municípios de Redenção da Serra, Paraibuna, Lagoinha, São Luís do Paraitinga e Jambeiro, entre os anos de 2000 e 2010 houve um aumento no percentual de crianças nascidas de mães adolescentes com menos de 20 anos de idade. Na maioria destes casos, estas meninas passam a enfrentar problemas e assumirem responsabilidades para as quais não estão preparadas, gerando graves consequências para elas mesmas e para a sociedade.

No caso do combate a AIDS é válido considerar que, em 2012, dos 645 municípios do estado de São Paulo, 638 já apresentavam casos de AIDS. A doença que antes estava restrita aos grandes centros, ganhou praticamente todo o território paulista. Os municípios que apresentaram mais casos de AIDS até o ano de 2012 foram: Cunha (16 casos), Lagoinha (17 casos) e Paraibuna (19 casos). Destes, apenas Lagoinha conseguiu reduzir ou manter constante o número de casos diagnosticados da doença. Todos os demais municípios da

microrregião também apresentaram casos diagnosticados de AIDS e, em geral, essa doença atingiu em maior parte a população masculina.

Quanto às doenças transmitidas por insetos vetores, os municípios da microrregião destacam-se nos casos diagnosticados por dengue. Entre os anos de 2000 e 2010, os municípios que apresentaram mais casos da doença foram: Cunha (19 casos), Natividade da Serra (19 casos) e São Luís do Paraitinga (21 casos). As demais cidades também apresentaram diagnósticos da doença e, somente os municípios de Redenção da Serra, Natividade da Serra e Jambeiro conseguiram diminuir ou manter constante o número de casos de doenças transmissíveis por mosquitos até o ano de 2012.

Nas questões relacionadas ao desenvolvimento ambiental, o abastecimento de água potável, o esgoto sanitário e a coleta de resíduos são alguns dos serviços que melhoram a qualidade de vida das comunidades. Neste aspecto, apenas os municípios de Jambeiro e Cunha conseguiram reduzir pela metade o percentual de população sem acesso sustentável a água potável segura e de população sem acesso a saneamento e serviços essenciais.

Em 2010, os municípios de Lagoinha, Natividade da Serra, Redenção da Serra e São Luís do Paraitinga atingiram a meta para a redução do percentual de população sem acesso sustentável a água potável segura, porém não conseguiram reduzir pela metade os percentuais de população sem acesso a saneamento e serviços essenciais.

Abaixo, a Tabela 14 apresenta mais indicadores sobre abastecimento de água e esgoto sanitário na microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010.

Tabela 14 – Percentual de pessoas em domicílio com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados nos anos 2000 e 2010

Município	2000	2010
Cunha	4,86%	1,04%
Jambeiro	2,98%	0,28%
Lagoinha	1,40%	0,80%
Natividade da Serra	3,38%	2,18%
Paraibuna	3,10%	1,14%
Redenção da Serra	11,03%	1,17%
São Luís do Paraitinga	3,45%	0,23%
RM Vale do Paraíba e Litoral Norte	1,18%	0,79%
Estado de São Paulo	0,87%	0,60%
Brasil	8,91%	6,12%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2015)

A partir dos resultados da Tabela 14 nota-se que todos os municípios da microrregião evoluíram neste conceito e, em 2010, o município detentor do maior percentual de população residente em domicílios com tratamento de água e esgoto precário encontrava-se no município de Natividade da Serra (2,18%). Em contrapartida, Redenção da Serra conseguiu reduzir seu percentual de 11,03% em 2000 para 1,17% em 2010.

Ainda na questão ambiental, o município de Lagoinha é o único que participa do Programa Município Verde Azul do Governo do Estado de São Paulo, que tem como objetivos: medir e apoiar a eficiência da gestão ambiental com a descentralização e valorização da agenda ambiental nos municípios e a elaboração e execução de políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável.

Quanto aos sistemas de habitação, foi constatado que nenhum dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga apresenta moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais, também conhecidos como favelas. Em sua maioria, a população conta com energia elétrica e coleta de resíduos.

Quanto às políticas voltadas para o desenvolvimento regional, foram consultados os sítios eletrônicos e contatadas as prefeituras para se avaliar a ocorrência de articulações entre o governo local, comunidade e projetos de desenvolvimento. O resultado está apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Políticas em prol do desenvolvimento nos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga

Localidade	Políticas em prol do desenvolvimento
Cunha	Plano Municipal integrado de Saneamento Básico
Jambeiro	Plano Diretor
Lagoinha	Plano Municipal para Educação Plano Diretor Conselho Municipal para o Meio Ambiente
Natividade da Serra	-
Paraibuna	Plano Diretor Programa Ação Jovem
Redenção da Serra	-
São Luís do Paraitinga	Plano Diretor Programa de Gestão Participativa Plano Municipal de Habitação Plano Municipal de Saneamento Plano Estratégico de Comunicação e Marketing para Turismo Projeto Parceiros da Reconstrução

Os projetos de desenvolvimento vigentes em Cunha abrangem as questões referentes ao conjunto de serviços para o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos urbanos e a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Em Jambeiro, o projeto vigente para o desenvolvimento se baseia no Plano Diretor, que é um documento regulamentador de planejamento e ordenamento do território de um dado município. Neste plano, está definida a organização municipal do território e estão estabelecidas as referências espaciais de usos e atividades do solo municipal a partir da definição de classes e categorias que identificam as redes urbana, viária, de transporte, de equipamento, de captação, de sistemas de telecomunicações, de tratamento e abastecimento de água, entre outros.

Em Lagoinha, a prefeitura trabalha em projetos para o desenvolvimento da educação municipal em escala de educação infantil, ensino fundamental e médio. Para o ensino superior, o município oferece transporte gratuito para os estudantes que se deslocam até os grandes centros para cursar a faculdade. Pelo município fazer parte do Projeto Selo VerdeAzul, o Conselho Municipal para o Meio Ambiente debate frequentes assuntos relacionados ao seu desenvolvimento sustentável.

Em Paraibuna, assim como em Jambeiro, projetos de desenvolvimento estão baseados no Plano Diretor. O município também apresenta o Projeto Ação Jovem, que trabalha no estímulo a conclusão da escolaridade básica, possibilitando aos jovens beneficiados a continuação do aprendizado e a preparação para inserção no mercado de trabalho e o efetivo exercício de cidadania.

Nos municípios de Natividade da Serra e Redenção da Serra não foram encontrados projetos para o desenvolvimento em seus sítios eletrônicos. Na tentativa de contato com as secretarias municipais, não houve resposta quanto à existência de articulações em prol do desenvolvimento local.

São Luís do Paraitinga trabalha com uma diversidade de projetos em prol do desenvolvimento. O município trabalha com ações propostas pelo Plano Diretor e possui programas de Gestão Participativa, onde a comunidade tem o poder de reclamar e direcionar as políticas públicas locais que se adequam às suas necessidades. Com o objetivo de crescer de forma ordenada, o município também apresenta o Plano Municipal para Habitação e o

Plano Municipal de Saneamento. Após a grande enchente que atingiu o município em 2010, foi criado o projeto Parceiros da Reconstrução com os objetivos de abrigar e proporcionar infraestrutura para a população que sofreu com a catástrofe e reconstruir seu amplo patrimônio cultural e histórico. Ademais, o município também trabalha com o Plano Estratégico de Comunicação e Marketing para promover a mobilização da comunidade para a geração de renda através do turismo.

4.4 Análise SWOT do desenvolvimento da microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000

De modo a sintetizar os dados sobre o desenvolvimento em escala econômica, humana, ambiental e política apresentado nas seções anteriores, o Quadro 3 apresenta a matriz SWOT para agrupar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças visualizadas na análise multidimensional da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010.

A partir da revisão bibliográfica apresentada e da elaboração da análise SWOT, é possível fazer algumas considerações sobre a microrregião Paraibuna/Paraitinga.

De acordo com o que foi apresentado em Oliveira (2002), no que diz respeito à literatura econômica, esta aborda o desenvolvimento como uma questão ligada ao setor industrial, que tem o papel de incrementar positivamente o nível de produto e gerar crescimento econômico. Neste ponto, a análise da microrregião demonstrou que o município de Jambuí - que desde a década de 1990 conta com um distrito industrial, apresentou maior crescimento do PIB ao longo dos anos estudados. Ao contrário, o menor resultado de PIB tanto nos anos de 2000 quanto de 2010 se deu no município de Redenção da Serra, que apresentou maiores percentuais de atividade agropecuária entre os demais municípios da microrregião.

Ainda com relação à discussão do desenvolvimento vinculado à questão industrial, percebeu-se também que, nos municípios em que a atividade industrial agrega maior percentual ao produto – Jambuí e Paraibuna, o percentual de ocupação da população em idade econômica ativa é mais alto e apresenta maior similaridade com as médias do Estado de São Paulo.

Quadro 3 – Matriz SWOT da análise do desenvolvimento dos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000

		Conquista de objetivos	
		Ajuda	Atrapalha
Origem do fator	Ambiente interno	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crescimento de PIB e de IDHM entre 2000 e 2010; 2. Cultura histórica e artesanal; 3. Desenvolvimento industrial próximo a Rodovia dos Tamoios (Jambeiro); 4. Redução da mortalidade infantil e materna; 5. Ausência de habitações subnormais; 6. Melhoria nos indicadores de desenvolvimento ambiental. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Baixos índices de ocupação da população em idade ativa; 2. Baixa especialização de mão de obra; 3. Baixos indicadores educacionais; 4. Distribuição desigual da riqueza; 5. Altos percentuais de domicílio com abastecimento de água e esgotamento inadequados; 6. Aumento do percentual de mães adolescentes; 7. Ausência de controle e contenção de AIDS e dengue.
	Ambiente externo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Duplicação da Rodovia dos Tamoios e reforma da Rodovia Oswaldo Cruz; 2. Desenvolvimento de turismo histórico, rural e ecoturismo; 3. Criação de planos microrregionais de desenvolvimento para os municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Queda do nível de água na Represa de Paraibuna; 2. Migração da população jovem para grandes centros; 3. Baixas colocações no ranking IDHM de municípios paulistas; 4. Deficiência na articulação entre governos municipais em prol do desenvolvimento regional.

Dentro desta análise, considera-se a visão de Milone (1998), que cita que o desenvolvimento econômico deve apresentar, ao longo do tempo, a existência de uma alteração positiva de crescimento econômico, mensurado por indicadores de renda, PIB, redução de pobreza, desigualdade melhoria de níveis de educação, de saúde de moradia, entre outros.

Neste caso, o município de Jambuí, que se baseou no setor industrial, obteve maior percentual de crescimento econômico, logrou melhores posições no ranking paulista de IDHM, apresentou menor percentual de população extremamente pobre, melhor nível de qualificação da mão de obra local e maior taxa de ocupação de população em idade ativa. Em contrapartida, Redenção da Serra apresentou baixa colocação no ranking paulista de IDHM, alto percentual de população extremamente pobre, baixo indicador de mão de obra qualificada e de oportunidade de ocupação para população em idade ativa.

De fato, nesta análise, os municípios mais industrializados, foram aqueles que apresentaram melhores indicadores sociais nos setores de renda, educação, longevidade, percentual de população extremamente pobre e acesso a serviços básicos.

Outro ponto a ser analisado é a temática do desenvolvimento político, descrito na revisão de literatura por Machado (1976) e caracterizado por perpetuar um fenômeno de modernização orientado por normas universalísticas, por valorização de desempenho, por mobilidade social, por desenvolvimento do sistema ocupacional, entre outros. Neste ponto, a microrregião sofre com a deficiência de políticas articuladas em prol do desenvolvimento e apresenta baixos índices de mão de obra qualificada e de ocupação da população em idade econômica ativa, fatores que incentivam a migração da população jovem para os pólos centrais.

Quanto ao desenvolvimento regional, Brasil (2008) apresentou o conceito de região como um conjunto de dimensões técnicas e interações entre os meios natural, econômico, social e cultural. Pensando no desenvolvimento regional, citou-se a perspectiva do desenvolvimento regional endógeno, o qual Barquero (2005) identificou como sendo uma estratégia de reestruturação dos sistemas produtivos, do aumento do emprego local e melhoria da qualidade de vida da população que é possibilitada, principalmente, a partir da ação da gestão pública municipal, estadual e de empresários locais.

Dentro da microrregião estudada, poucos foram os projetos de desenvolvimento citados pelos municípios. São Luís do Paraitinga inovou em suas políticas ao passo que apresentou programas de gestão participativa, planos de habitação e saneamento e plano estratégico de comunicação e marketing para o turismo. Ainda assim, não se verificou projetos articulados para o desenvolvimento microrregional entre os sete municípios

estudados, fato que demonstra a fragilidade em se pensar no desenvolvimento endógeno da microrregião.

Entretanto, deve-se considerar que a região apresenta fatores positivos em relação à capacidade de desenvolvimento de atividades de turismo histórico, rural e de ecoturismo, o que exigiria a criação de planos regionais para o desenvolvimento articulado destas áreas no território estudado.

Na questão ambiental, Guimarães e Feichas (2009) foram citados para descreer o desenvolvimento ambiental como a conscientização da sociedade quanto a situação ambiental em que a sociedade se encontra, exigindo maior participação na definição dos rumos do desenvolvimento. Há que se pensar nas decisões que a sociedade toma para incorporar práticas ambientais no processo de crescimento econômico.

Nesta perspectiva, os municípios que se beneficiam com a Represa de Paraibuna devem pensar em soluções para lidar com a queda de seu nível de água e encontrar alternativas para a população que faz da represa sua principal fonte de renda.

Outro ponto levantado foram os percentuais de moradias com abastecimento de água e esgoto inadequados, fato que não contribui para com as questões do meio ambiente e nem com a saúde e qualidade de vida da população que reside nestes locais.

Quanto ao desenvolvimento humano/social, este foi caracterizado por Haq (1995) como aquele que abrange paradigmas tradicionais de crescimento, contudo partindo do ponto de vista das pessoas. Neste sentido, é válido falar em crescimento econômico desde que se discuta de que maneira as pessoas participam e se beneficiam dele.

Neste aspecto, foi citado que todos os municípios estudados lograram melhorias em sua economia e em seus IDHM, porém, algumas questões devem ser destacadas. Apesar de apresentarem incrementos nos indicadores sociais, todos os municípios estudados atingiram IDHM inferiores as médias do Estado de São Paulo. Dentre os setores analisados, a educação é o segmento mais fragilizado, apresentando altos índices de analfabetismo e não atingindo a meta educacional estabelecida pelos Objetivos do Milênio.

Na saúde, as condições de moradia sem água e esgotamento inadequados já citados acima, contribuem para o desenvolvimento de enfermidades entre a população que carece destes serviços básicos. Além disso, em 2010, os municípios ainda não haviam iniciado a

contenção da propagação de doenças como a AIDS e doenças transmitidas por vetores/mosquitos.

Aliado a todos estes fatores, ainda cabe ressaltar que, em 2010, os municípios de Natividade da Serra e Redenção da Serra ainda apresentavam um percentual de população extremamente pobre superior ao percentual verificado a nível Brasil. Assim, percebe-se que o ideal de desenvolvimento humano que alia o crescimento econômico ao beneficiamento da sociedade ainda sofria de deficiências em setores básicos nos municípios da microrregião Paraibuna/Paraitinga na década de 2000.

5 CONCLUSÃO

O estudo buscou, inicialmente, apresentar a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento. Neste ponto, pretendeu-se mostrar que o crescimento econômico por si só, não é fator determinante para o desenvolvimento de uma sociedade. Em um segundo momento, o conceito de desenvolvimento foi apresentado em suas variadas vertentes econômica, política, ambiental e social. Além disso, discutiu-se sobre o desenvolvimento regional e suas contribuições para pensar em políticas públicas em prol da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

Todos estes conceitos foram abordados com o objetivo de se analisar o desenvolvimento multidimensional da microrregião Paraibuna/Paraitinga nos anos de 2000 e 2010. Ao longo do trabalho, esta microrregião foi caracterizada a partir de indicadores sobre economia, educação, saúde, condições de vida e outros.

De início, a microrregião foi apresentada como uma integrante da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – área caracterizada por suas intensas atividades industriais nos setores como, por exemplo, automobilístico, aeronáutico e aeroespacial. No entanto, o que se percebeu é que mesmo fazendo parte desta Região Metropolitana, a microrregião Paraibuna/Paraitinga não segue os mesmos padrões. A partir de indicadores, a maioria dos municípios da microrregião são caracterizados como cidades pequenas e pouco expressivas no setor industrial, salvo Jambeiro, que se intensificou neste setor a partir da instalação de seu distrito industrial na década de 1990.

Entre 2000 e 2010, a maioria dos municípios da microrregião, assim como o Estado de São Paulo, reduziu o percentual de atividades do setor industrial. Entretanto, diferentemente do Estado de São Paulo, a maioria dos municípios reduziu os percentuais de atividades do setor de serviços e aumentou os percentuais de atividade do setor agropecuário.

Em geral, o que se percebeu da análise econômica é que os municípios que apresentaram maiores percentuais de atividades do setor industrial (Jambeiro e Paraibuna) foram aqueles que apresentaram maiores valores e maiores variações em seu PIB, maiores números de emprego formal e maiores taxas de empregabilidade. Aliado a estas informações, percebeu-se também que estes foram os únicos municípios que apresentaram aumento no

número total de população e que apresentaram percentuais de população em idade econômica ativa mais próximos da média do Estado de São Paulo.

Alguns outros municípios como Cunha, Natividade da Serra e Lagoinha apresentaram percentuais inferiores ao Estado de São Paulo quanto à variação do PIB e quanto às taxas de empregabilidade. Nestes casos, para buscar soluções para a estagnação econômica, a criação de políticas econômicas que estejam baseadas nas articulações das forças locais e no aproveitamento de políticas públicas nos níveis estadual e federal é um fator que poderia ser pensado em prol do desenvolvimento econômico local.

Como demais pontos fracos, aliada aos indicadores de educação, a economia apresenta fraquezas no que diz respeito à falta de mão de obra qualificada e aos baixos índices de empregabilidade, o que pode contribuir com a migração dos indivíduos em idade econômica ativa para as grandes cidades em busca de especialização e de vagas no mercado de trabalho.

Ao observar a ausência do interesse de grandes empresas e de capital externo, estas localidades devem refletir sobre as demais atividades que podem impulsionar a economia regional: empreendimentos de economia criativa, de economia solidária, de cooperativismo, de parcerias público-privadas e demais alternativas que promovam processos de produção e comercialização.

Com relação ao desenvolvimento humano local, percebeu-se que os municípios não atingem as médias de IDHM do estado de São Paulo. Entre os indicadores de educação, saúde e longevidade, a área de educação é que apresenta resultados mais baixos de desenvolvimento. Na microrregião, ainda é possível detectar percentual de crianças que não frequentam as escolas e não se formam nos ensinos fundamental e médio. Há disparidade entre idade e série e nenhum dos municípios estudados atingiu a meta estipulada pelos Objetivos do Milênio.

Na saúde, poucos municípios foram capazes de deter a propagação da AIDS e da dengue. Além disso, de acordo com os Relatórios Dinâmicos do PNUD, ao longo os anos estudados muitos municípios aumentaram os percentuais de mães adolescentes menores de 20 anos. Ainda assim, como fator positivo, a microrregião apresentou queda no número de mortalidade infantil e materna.

Na questão ambiental, alguns municípios ainda não cumpriram as metas acerca da redução da proporção de pessoas com acesso a saneamento básico. Quanto a projetos em prol do desenvolvimento sustentável, o município de Lagoinha foi citado como parte do projeto Verde Azul, que desenvolve políticas em favor do meio ambiente a partir de conselhos municipais participativos. Outro ponto apresentado na pesquisa foi a queda do nível de água na Represa de Paraibuna, fato que diminuiu a atividade pesqueira e turismo aquático nas localidades ao seu redor.

Quanto às políticas de desenvolvimento, estas apareceram com pouca expressividade entre a década de 2000 e os anos atuais. Em suma, a maioria dos municípios planeja seu desenvolvimento a partir do Plano Diretor. Em relação a demais fatores ligados à condição de vida na microrregião, observou-se que em 2010 ainda existiam percentuais de população vivendo abaixo da linha da pobreza e, em geral, a distribuição de riqueza era feita de forma desigual

Desta forma, todos os fatos apresentados levam a conclusão de que na microrregião há uma lacuna no que diz respeito à articulação dos governos locais. O que se percebe é a falta de comunicação entre gestores para pensar em um projeto de desenvolvimento que englobe a microrregião como um todo e suas particularidades. Deve-se pensar em estratégias para a estagnação econômica, para o incentivo ao empreendedorismo local e para ações conjuntas junto à comunidade. Considera-se que, mesmo com o crescimento do produto e da renda na década de 2000, este não foi suficiente para lograr indicadores sociais, políticos e ambientais iguais ou superiores as médias estaduais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, F. *O bom negócio da sustentabilidade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.
- ANDRADE, J. C. et al. *Aplicação da análise SWOT para identificar oportunidades para o desenvolvimento econômico e social*. IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, UNIVAP, 2008.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em 01 Ago. 2015.
- BARONI, M. *Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável*. *Revistas de Administração de Empresas*. São Paulo, 32(2): 14-24, Abr./Jun. 1992.
- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital*. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 16, 1995.
- BARROS, J. D. *História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar*. *Revista de Economia Política e História Econômica*, n. 11, p.6-51, jan. 2008.
- BATEMAN, T. S.; SNELL, A. S. *Administração: construindo vantagem competitiva*. São Paulo: Atlas, 1998.
- BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. *Desenvolvimento regional: abordagens interdisciplinares*. 2 Ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.
- BOISIER, S. *¿Hay espacio para el desarrollo local en la globalización?* *Revista de la CEPAL*. Santiago, n. 86, Ago. 2005.
- BOISIER, S. *El Vuelo de una cometa*. Una metáfora para una teoría de desarrollo territorial. *Estudios Regionales*, n.48, p.41-79. 1997.
- BONELLI, R. *Industrialização e desenvolvimento: notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil*. Seminário Industrialização, Desindustrialização e Desenvolvimento. FIESP, novembro, 2005.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. *Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III – Regiões de Referência*. Brasília: MP, 2008.

CALAES, G. D.; VILLAS BÔAS, R. C.; GONZALES, A. *Planejamento Estratégico, Competitividade e Sustentabilidade na Indústria Mineral: dois casos de não metálicos no Rio de Janeiro*. 1 ed. Rio de Janeiro: Cytel, 2006.

CAMARINHA, P. I. M.; ESCADA, M. I. S.; RENNÓ, C. D. *Padrões espaciais dos remanescentes da Mata Atlântica e elementos que compõe a paisagem da Serra do Mar no Vale do Paraíba – Microrregião Paraibuna/Paraitinga*. Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, Foz do Iguaçu, abril, 2013.

CHIAVENATO, I. *Introdução à Teoria Geral da Administração*. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2000.

CHIAVENATO, I.; SAPIRO, A. *Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações*. 1 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. *Economia e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2000.

COBRA, M. *Consultoria em Marketing Manual do Consultor*. 1 ed. São Paulo: Cobra Editora e Marketing, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988.

CORRÊA, R. L. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. I. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

CUNHA, A., SIMÕES R.; PAULA, J. A. *Regionalização e História: Uma contribuição introdutória ao debate teórico – metodológico*. VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7 Conferência Internacional de História de Empresas: Conservatória, 2005.

DAYCHOUW, M. *40 ferramentas e técnicas de gerenciamento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

DIEHL, A. A. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DINIZ, C. C.; SANTOS, F.; CROCCO, M. A. *Conhecimento, inovação e desenvolvimento regional*. In DINIZ, C.C.; CROCCO, M. A. *Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ELKINGTON, J. *A teoria dos três pilares*. São Paulo: MARKRON Books. 2001.

ENGELS, F. *Anti-Duhring: Filosofia, economia, política, socialismo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ESTEVA, G. *Desenvolvimento*. In: SACHS, W. Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, A. A.; REIS, A. C. F.; PEREIRA, M. I. *Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendência da moderna administração de empresas*. São Paulo: Pioneira, 1997.

FERREIRA, A. *Desenvolvimento Regional: limites e possibilidades institucionais: um estudo de caso da região do Vale do Paraíba – RJ*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégia e Desenvolvimento. 2012.

FERREIRA, C. M. C. *Espaços, Regiões e Economia Regional*. In: HADDAD, P. R. (Org). *Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise*. Fortaleza: BNB ETENE, 1989.

FERRELL, O. C.; HERTLINE, M. D. *Estratégia de Marketing*. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

FUNDAÇÃO SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/>> Acesso em 10 Mar. 2015.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C.. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

GOMES, P. C. C. *O conceito de região e sua discussão*. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GOODLAND, R. *The concept of environmental sustainability indicators*. Annual Review of Ecology and Systematics, v. 26, n.1, p.1-24. 1995.

GUIMARÃES, R. P. *Aterrizando una Cometa: indicadores territoriales de sustentabilidad*. Santiago do Chile: CEPAL/ILPES. 1998.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q.; *Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade*. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XII, n. 2, p. 405-414, jul.-dez. 2009.

HAQ, M. U. *Reflections on human development*. New York: Oxford University Press, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões*. Rio de Janeiro: Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, 1990.

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível em: < www.ipeadata.gov.br > Acesso em 18 Nov. 2015.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. *Princípios de Marketing*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1993.

KROETZ, M.; RAMOS, I. S.; CARDOSO, M. R.; DIEL, A. S.; SCHMITK, L.; KRAUSE, R. *Crescimento econômico x desenvolvimento: aspectos do crescimento econômico da região de Rio do Sul e o reflexo nas questões sociais*. Revista Caminhos, On-line, “Dossiê Gestão”, Rio do Sul, v. 1, p. 25-45, out./dez. 2010.

LIMA, M. C. *Monografia: a engenharia da produção acadêmica*. 2 ed. São Paulo : Saraiva, 2008.

MACHADO, M. B. *Desenvolvimento político*. Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo, v. 7, p.3267-3259, 1976.

MACHADO, V. F. *A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo a Rio-92*. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. 2005.

MARTINS, M. A. P. *Gestão Educacional: planejamento estratégico e marketing*. 1 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2007.

MARX, K. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MATOS, J. G. R.; MATOS, R. M. B.; ALMEIDA, J. R. *Análise do Ambiente Corporativo: do caos organizado ao planejamento*. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

MEGGINSON, L. C.; MOSLEY, D. C.; PIETRI JR., H. P. *Administração: conceitos e aplicações*. São Paulo: Harbra, 1986.

MILONE, P. C. *Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas*. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. *Manual de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOTTA, P. R. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. São Paulo: Record, 1991.

MYRDAL, G. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – *Relatório Nacional de Acompanhamento*. – Brasília: Ipea, 2004.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – *Relatório Nacional de Acompanhamento*. – Brasília: Ipea, 2010.

OLIVEIRA, G. B. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Revista FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.47-48, maio/ago 2002.

PERROUX, F. *O Conceito de Polo de Crescimento*. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.) *Economia Regional: Textos Escolhidos*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

PORTAL CITY BRASIL. Disponível em <http://www.citybrazil.com.br/sp/microregiao_detalhe.php?micro=53> Acesso em 10 Fev. 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO – PNUD. *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University Press, 1990.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

REZENDE, D. A. *Planejamento Estratégico para Organizações: públicas e privadas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2008.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

RODRIGUES, J. N. ET AL. *50 Gurus Para o Século XXI*. 1 ed. Lisboa: Centro Atlântico, 2005.

SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS, E. L.; BRAGA, V.; SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M. S. *Desenvolvimento: um conceito multidimensional*. *Desenvolvimento Regional em Debate*. Ano 2, N. 1, Jul. 2012.

SANTOS, M. “O retorno do território”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de. & SILVEIRA, M. L. *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia nova*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. I. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCATOLIN, F. D. *Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná*. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do rio Grande do Sul – Porto Alegre, 1989.

SCRAMIM, F. C. L.; BATALHA, M. O. *Planejamento estratégico em pequena indústria: metodologia, aplicação e resultados*. XVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Anais, Gramado, 1997.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, A. A. ET AL. A utilização da matriz SWOT como ferramenta estratégica – um estudo de caso em uma escola de idioma de São Paulo. VIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

SILVA, E. P.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; ARAÚJO, E. A. S. *O conceito de desenvolvimento regional: uma revisão teórica*. The 4th International Congress University Industry Cooperation. Taubaté. Dez. 2012.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, 1993.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Atlas, 2009.

STONER, J. A.; FREEMAN, R. E. *Administração*. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1995.

TARAPANOFF, K. *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: UNB, 2001.

TERENCE, A. C. F. *Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: desenvolvimento e avaliação de um roteiro pratico para o processo de elaboração do planejamento*. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

TIFFANY, P.; PETERSON, S. D. *Planejamento estratégico: o melhor roteiro para um planejamento estratégico eficaz*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

VAN BELLEN, H. M. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2005.

VAN BELLEN, Hans Michael. *Sustainable development: presenting the main measurement methods*. Ambient and Society, Campinas, v.7, n.1, p.67-87, jan./jun. 2004.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. *Fundamentos de Economia*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. *Fundamentos de economia*. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIEIRA, E. T. *Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX*. Tese de Doutorado em História Econômica. USP – São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. *Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e teórica*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. V. 8, n. 2, 2012.

WLODARSKY, R.; CUNHA, L. A. *Desigualdade social e pobreza como consequências do desenvolvimento da sociedade*. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador Tecnologia e Civilização. Ponta Grossa, novembro, 2005.

WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT & DEVELOPMENT – WCED. *Our Common Future*. Oxford: Oxford University Press. 1987.

YANAZE, M. H. *Gestão de marketing e comunicação: avanços e aplicações*. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.